



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

Escola de Comunicação e Artes

Curso de Mestrado em Gestão dos *Media* Digitais

**CONTRIBUTO DOS *MEDIA* DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL – CASO DO ARQUIVO DE PATRIMÓNIO CULTURAL (ARPAC)**

Candidato: Vasco Augusto Justino

Supervisor: Prof^a. Doutora Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso

Maputo, Novembro de 2025

Escola de Comunicação e Artes
Curso de Mestrado em Gestão de *Media* Digitais

CONTRIBUTO DOS *MEDIA* DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL – CASO DO ARQUIVO DE PATRIMÓNIO CULTURAL (ARPAC)

Dissertação apresentada no Curso de Gestão em *Media* Digitais da Escola de Comunicação e Artes, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Gestão de *Media* Digitais.

Candidato: Vasco Augusto Justino

Supervisora: Prof^ª. Doutora Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso

Maputo, Novembro de 2025

Escola de Comunicação e Artes
Curso de Mestrado em Gestão de *Media* Digitais

**CONTRIBUTO DOS *MEDIA* DIGITAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL – CASO DO ARQUIVO DE PATRIMÓNIO CULTURAL (ARPAC)**

Dissertação apresentada no Curso de Gestão em Media Digitais da Escola de Comunicação e Artes, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Gestão de Media Digitais.

Candidato: Vasco Augusto Justino

JÚRI

Presidente:

Escola de Comunicação e Artes

Prof^ª. Dra. Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso

Escola de Comunicação e Artes

Oponente:

Prof^ª. Dr. Filipe Baloi

Escola de Comunicação e Artes

Maputo, Novembro de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Deus, meu ouvinte silencioso e misericordioso.

À minha mãe, Madalena N. Libombo

À minha esposa, Gleydece Agira Guirruta

Aos meus filhos Ayder, Ayane e Aycon

AGRADECIMENTOS

Nesta página, gostaria de agradecer a algumas pessoas, dentre as muitas que me ajudaram a realizá-lo. Sei que a caminhada foi árdua e que sem vocês, não haveria vitória.

A minha mãe e esposa Madalena e Gleydece, minhas heroínas. Ser orgulho para vocês já é um triunfo.

Filhos, Ayder, Ayane e Aycon, obrigado.

Agradeço o amor, motivação, confiança em mim mais do que eu mesmo, aguentando os lamentos dissertativos e mesmo assim ainda incentivar novas empreitadas loucas e desafiantes.

A Prof^a. Doutora. Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso, pela orientação, mas acima de tudo, por acreditar em mim. Suas palavras foram essenciais nessa jornada. Sua sabedoria é uma inspiração. Suas valiosas contribuições na qualificação desta dissertação, fundamentais ao andamento deste trabalho. A você devo muito de minhas inquietas e motivadoras ideias.

Aos meus companheiros de turma. Verdadeiramente vocês são únicos.

A todos os intervenientes do Programa de Mestrado em Gestão em Mídias Digitais da ECA, expresso o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

*“Todos querem o perfume das flores, mas poucos sujam as
mãos para cultivá-las.”*

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o contributo dos *media* digitais na preservação do património cultural em Moçambique. Assim, para enquadrar a pesquisa num contexto real, fez-se um estudo de caso cuja unidade de análise foi o ARPAC (Arquivo do Património Cultural de Moçambique). A pesquisa compreendeu uma abordagem qualitativa e quantitativa, com recurso à entrevista semi-estruturada, ao questionário e à observação participante como instrumentos de recolha e análise de dados. Os resultados da pesquisa permitiram concluir que os *media* digitais contribuem em todos os níveis e dimensões na preservação do património cultural do ARPAC, todavia, constatou-se a falta de funcionários qualificados e de equipamentos adequados que acompanham a actual dinâmica digital do Departamento de Gestão de *Media* Digitais no ARPAC. Assim, recomenda-se que se garanta uma formação aos colaboradores, de modo a adequá-los às novas exigências tecnológicas, aos sistemas e equipamentos digitais de gestão do património e a estabelecer parcerias com os *media*, como forma de melhorar a preservação e divulgação do património cultural em Moçambique.

Palavras-Chave: Comunicação; *Media* Digitais; Cultura; Património Cultural.

ABSTRACT

This work aims to analyze the contribution of digital media to the preservation of cultural heritage in Mozambique. Thus, to frame the research in a real context, a case study was carried out whose unit of analysis was ARPAC (Mozambican Cultural Heritage Archive). The research comprised a qualitative and quantitative approach, using semi-structured interviews, questionnaires and participant observation as data collection and analysis instruments. The results of the research allowed us to conclude that digital media contribute at all levels and dimensions to the preservation of ARPAC's cultural heritage. However, it was found that there is a lack of qualified employees and adequate equipment to accompany the current digital dynamics of the Digital Media Management Department at ARPAC. Therefore, it is recommended that training be provided to employees in order to adapt them to new technological demands, digital heritage management systems and equipment and to establish partnerships with the media, as a way of improving the preservation and dissemination of cultural heritage in Mozambique.

Keywords: Communication; Digital Media; Culture; Cultural Heritage.

INDICE

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	iv
EPÍGRAFE	v
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
INDICE.....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problematização.....	2
1.2 Justificativa.....	3
1.3 Objectivos.....	4
1.3.1 Objectivo Geral.....	4
1.3.2 Objectivos Específicos.....	4
1.4 Estrutura do Trabalho	4
CAPÍTULO 2: QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL	6
2.1.1 Comunicação	6
2.1.2 Cultura	6
2.1.3 <i>Media</i> Digitais	7
2.1.4 Património Cultural	8
2.2 Relação entre a Comunicação e a Cultura.....	9
2.3 Tipos de <i>Media</i> Digitais usados para a Preservação do Património Cultural.....	10
2.4 Formas de Preservação do Património Cultural usando <i>Media</i> digitais.....	10
2.5 Vantagens e Desvantagens do uso dos <i>Media</i> Digitais na Preservação do Património Cultural	11
2.5.2 Vantagens do uso dos <i>Media</i> Digitais na Preservação do Património Cultural	12
2.6 Dimensões do Património Cultural	13
2.6.1 Património Cultural Material ou Tangível.....	13
2.6.2 Património Cultural Imaterial ou Intangível.....	13
2.7 Convenções Internacionais e Políticas Nacionais de Preservação do Património Cultural .	14
2.7.1 Convenções Internacionais de Preservação do património Cultural	14

2.7.2 Políticas de Preservação do Património Cultural em Moçambique	15
2.8 Benefícios da Preservação do Património Cultural	16
2.8.1 Valor Simbólico dos Bens Culturais	16
2.8.2 Valor de Mercado dos Bens Culturais	17
2.9 Mecanismos de Disseminação do Património Cultural	18
2.10 Relação entre Media Digitais e Preservação do Património Cultural	19
2.11 <i>Media</i> Digitais mais adequados e sua Importância na Preservação do Património Cultural	20
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	22
3.1 Tipo de Pesquisa	22
3.2 Abordagem de Pesquisa	22
3.3 População, Amostra e Amostragem	23
3.4 Instrumentos de Recolha de Dados	23
3.5 Técnicas de Análise e Tratamento de Dados	24
3.6 Questões Éticas	25
CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	26
4.1 Descrição do Objecto e Local do Estudo (ARPAC)	26
a) Direcção	27
b) Departamento de Investigação	27
Sector de Etno-musicologia	28
Sector de Línguas Moçambicanas	28
Sector de Género, Biodiversidade e Conhecimento Local	28
c) Departamento de Documentação	29
Sector de Arquivo	29
Sector de Biblioteca	29
Sector de Fotografia	29
d) Departamento de Edição e Divulgação	30
e) Departamento de Administração e Finanças	30
f) Delegações Provinciais	31
4.2 Descrição do Património Cultural Tangível e Intangível	31
4.2.1 Património Cultural Tangível	31
4.2.1.1 Fortaleza de Maputo	31
a) Valor Histórico	32

b) Valor Cultural e Turístico.....	32
4.2.1.2 Casa de Ferro	33
4.2.1.3 Museu de História Natural.....	34
4.2.1.4 Edifício Principal dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM).....	34
a) Significado Cultural do Edifício	35
b) Valores Patrimoniais	36
c) Valor Histórico.....	36
d) Valor Social	36
e) Valor Arquitectónico.....	37
f) Valor Económico.....	37
4.2.2 Descrição do Património Cultural Intangível	37
4.2.3 Relação entre Património Cultural Tangível/Material e Intangível/Imaterial	40
4.2.4 Relações entre o ARPAC e Instituições Afins	41
4.3 Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados da Entrevista Administrada aos Colaboradores do ARPAC	41
4.4 Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados do Questionário Administrado aos Funcionários do ARPAC	45
4.4.1 Tipos dos <i>Media</i> Digitais usados pelo ARPAC para a Preservação do seu Património Cultural	45
4.4.2 Formas de Preservação do Património Cultural usando <i>Medias</i> Digitais	47
4.4.3 <i>Media</i> digitais mais adequados na preservação do património cultural do ARPAC.....	50
CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E SUGESTOES	51
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
7. APÊNDICES	57

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Já ouviu falar dos <i>media</i> digitais e da preservação do património cultural	47
Gráfico 2: Contexto que ouviu falar	48
Gráfico 3: Tipos dos <i>media</i> digitais usados para a preservação do património cultural	49
Gráfico 4: Tipos de património cultural	49
Gráfico 5: Frequência que os <i>media</i> digitais são usadas	50
Gráfico 6: Existência ou não de materiais	51

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fortaleza de Maputo	34
Figura 2: Casa de Ferro.....	35
Figura 3: Museu de História Natural	36
Figura 4: Caminhos de Ferros de Moçambique	37
Figura 5: Logótipo do 1º Festival Nacional da Canção e Música Tradicional	41
Figura 6: Arco Musical (Xitende)	41
Figura 7: Lançamento do Livro Memórias do Combatentes	

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIPOL	Academia de Ciências Policiais
ARPAC	Arquivo do Património Cultural
CE	Comissão Europeia
EMTPM	Empresa Municipal de Transportes Públicos de Maputo
INDE	Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação
ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI)
NORAD	Agência Norueguesa para o Desenvolvimento
ODS	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UDM	Universidade Técnica de Moçambique

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

A preservação do património cultural usando *media* digitais é uma responsabilidade colectiva, devendo, a comunidade participar no seu processo, desde a elaboração de inventários até a tomada de decisão, pois, só assim, vão tomar a consciência acerca da sua importância social e económica.

Para a eficácia da preservação do património cultural usando *media* digitais, não basta apenas a classificação do imóvel como um património cultural. É fundamental que sejam tomadas medidas cautelares previstas por Lei, de forma a garantir que os imóveis que constituem o património cultural não se deteriorem, enquanto não são encontradas medidas definitivas para a sua conservação sustentável e uso compatível. Nestes termos, a produção da informação pelos *media* digitais reflecte o desenvolvimento tecnológico que, ao longo do século XX, passou a fazer parte do quotidiano das organizações. Assim, a preocupação com a identidade cultural e preservação dos bens patrimoniais usando *media* digitais tem ocupado um espaço privilegiado nos contextos de pesquisa académica, bem como nas organizações.

Neste cenário, questões relativas às Humanidades (entre elas as artes, a cultura e as comunidades sustentáveis) têm nestas e noutras tecnologias, novas possibilidades de abordagem. Com efeito, como avança Arantes (2009), mais do que simples recursos técnicos, as tecnologias vêm criando alterações notáveis no mundo do trabalho, da economia, da cultura e na área social.

Um exemplo da manifestação do impacto das tecnologias digitais na vida contemporânea são as possibilidades que marcam as práticas actuais de pesquisa, que partem de problemas do âmbito das Humanidades para procurar resolvê-los através de metodologias e de ferramentas da computação, das ciências da informação, da comunicação, etc, gerando-se um campo de produção de conhecimento, de investigação que cruza metodologias de várias áreas científicas, conforme sustentam (Fiormonte, Numerico & Tomasi, 2015).

Na senda das Humanidades Digitais, o estudo visa analisar o contributo dos *medias* digitais para a preservação do património cultural que se acredita ter uma forte influência na construção da identidade das organizações onde esta prática se observa.

Como resultado, verifica-se uma evolução, um interesse e um compromisso com a preservação da identidade cultural das organizações, dos bens culturais e mais recentemente com a produção sustentável no mundo actual, evolui e se diversifica irreversivelmente o uso

das tecnologias digitais (entre elas as de informação e comunicação) aliás, uma das marcas do processo de Globalização.

1.1 Problematização

A preservação do património cultural usando *media* digitais em Moçambique tem sido um dos grandes problemas discutidos na actual conjuntura que o país atravessa. O tema tem animado à sociedade em geral e às organizações que lidam directamente com a gestão do património cultural, usando *media* digitais.

Alguns especialistas ligados à gestão do património cultural usando *media* digitais têm enfrentando o desafio de encontrar soluções para vários problemas relacionados com o tema em análise.

A Lei 10/88 de 22 de Dezembro refere que a deterioração, desaparecimento ou destruição de qualquer parcela do património cultural constitui uma perda irreparável, competindo aos diversos organismos públicos e privados e aos cidadãos em geral, a responsabilidade de impedir este processo de empobrecimento do nosso país.

Por sua vez, Zanirato e Ribeiro (2006) referem que o contributo dos *media* digitais na preservação do património cultural é pouco explorado nas organizações, dada a actual era tecnológica que se verifica em todas as esferas da sociedade. Os mesmos autores referem ainda que este cenário se processa e se manifesta naturalmente nas organizações, por um lado, por falta de meios adequados que possam se adequar à realidade contemporânea e, por outro lado, por falta de profissionais especializados em *media* digitais para a preservação do património cultural.

No contexto do Arquivo do Património Cultural (ARPAC), a questão parece estar alheia. Por um lado, ficou evidente a existência de uma legislação que protege o património complementada por um grande esforço por parte das autoridades competentes, com vista à sua aplicação, alguns dos edifícios que constituem o património edificado são ainda negligenciados, por parte da sociedade, encontrando-se num total estado de abandono.

Por outro lado, foi possível constatar que a organização continua a usar meios tradicionais que não se enquadram a actual conjuntura que o país atravessa. Ademais, ficou ainda evidente que nenhum funcionário afecto no Departamento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) é formado em gestão de *media* digitais, sob ponto de vista de equipamento, armazenamento e acesso, o que deve parecer que não conhecem esta situação, o que

influencia negativamente no seu desempenho. Assim, o presente estudo analisa as principais questões envolvidas numa perspectiva cultural e digital a partir da seguinte pergunta de partida:

“Até que ponto os media digitais contribuem na preservação do património cultural do ARPAC de Moçambique?”

1.2 Justificativa

O interesse pelo tema deve-se pelo facto dos *media* digitais terem vindo progressivamente a revestir-se de grande interesse na actualidade em Moçambique, num contexto marcado, nos últimos tempos, por alterações substanciais no âmbito da preservação do património cultural.

Outro suporte motivacional que esteve na origem deste estudo consiste em contribuir para disseminação da narrativa do bem cultural ao nível das organizações e conduzir à uma reflexão e consciencialização dos sujeitos em torno da preservação e produção sustentáveis, corroborando com as recomendações da Agenda 2030 da ONU.

O tema reveste-se de máxima importância, uma vez que vai criar uma nova forma de ser e estar na consciência dos sujeitos sobre a importância de abordagem do problema e da produção sustentável, em estreito alinhamento com a visão plasmada no nr.4 do artigo 11 da Agenda 2030 (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) das Nações Unidas, referente à adopção de mecanismos para desencadear acções conducentes à disseminação e preservação cultural nas organizações.

Sob ponto de vista académico e científico, a pesquisa ajudará na massificação do paradigma interpretativo e da pesquisa baseada na prática artística, como procedimentos relevantes de produção de conhecimento atinente à preservação do património cultural.

Sob o ponto de vista social, para as organizações e comunidades que detêm o património cultural e natural ameaçado, esta pesquisa ajudará na consciencialização dos sujeitos em torno da preservação cultural e sustentabilidade ambiental, através da exploração criativa de tecnologias digitais e condução à reflexão, à crítica e ao seu envolvimento na resolução de problemas das suas organizações e comunidades.

Acredita-se que a mesma poderá servir como fonte de consulta e de inspiração, tanto para futuros pesquisadores que queiram adoptar estratégias similares de pesquisa, bem como para as organizações e comunidades que queiram resolver problemas similares que se abordam nesta pesquisa.

Por fim, acredita-se que o sucesso deste trabalho permitirá o acesso, partilha, reutilização e longevidade dos bens culturais conforme as necessidades e possibilidades da organização e ajudará na (re) construção de identidades culturais (dos sujeitos locais) e conhecimento (dos demais sujeitos) para que a manifestação cultural em causa participe de forma equilibrada no sistema de trocas culturais do mundo globalizado.

1.3 Objectivos

1.3.1 Objectivo Geral

Como objectivo geral, o estudo pretende Analisar o contributo dos *media* digitais na preservação do património cultural do ARPAC.

1.3.2 Objectivos Específicos

Especificamente, o estudo visa:

- i) Identificar os tipos dos *media* digitais usados pelo ARPAC para a preservação do seu património cultural;
- ii) Verificar as formas de preservação do património cultural usando *media* digitais do ARPAC;
- iii) Propor os *media* digitais mais adequados na preservação do património cultural do ARPAC.

1.4 Estrutura do Trabalho

Quanto à estrutura, além do resumo, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: o Capítulo 1 apresenta a introdução, a problematização, a justificativa e os objectivos. O Capítulo 2 aborda o quadro teórico e conceptual, definindo os conceitos de comunicação, cultura e património cultural. Além disso, discute os tipos dos *media* digitais, as dimensões do património cultural, as formas de preservação do património cultural, as vantagens e desvantagens dos *media* digitais, as convenções internacionais de preservação do património cultural, as políticas de preservação do património cultural em Moçambique, os benefícios da preservação do património cultural, os mecanismos de disseminação da preservação cultural, a relação entre *media* digitais e preservação do património cultural e, por fim, o papel dos *media* digitais na preservação do património cultural.

O Capítulo 3 apresenta a metodologia descrevendo o tipo e a abordagem da pesquisa, os instrumentos de recolha de dados, a população, a amostra e amostragem, as técnicas de análise e tratamento de dados, as questões éticas e as limitações de estudo.

Enquanto o Capítulo 4 faz a apresentação, análise e interpretação dos resultados, apresentando, em primeiro lugar, os resultados da entrevista administrada aos Directores Nacionais do ARPAC e, em seguida, os resultados do questionário administrado aos funcionários. Por fim, o Capítulo 5 apresenta as conclusões e sugestões do estudo.

CAPÍTULO 2: QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

O presente capítulo apresenta a revisão da literatura, abordando conceitos que se julgam pertinentes para o estudo. A apresentação destes conceitos visa, essencialmente, clarificar as concepções que corporizam a pesquisa. Além disso, para a discussão dos conteúdos do capítulo em alusão, foram usados os seguintes autores: Berlo (1985), Beltrán (1981), Caune (2008), Levy (2010), Matusse (2018), Mendes (2012), Porto (2000), Pedrosa (2011), Telles (2007), Zanirato e Ribeiro (2006), Bulhoses (2000), Torres (2009), Hernandez (2000), Jeckins (2013), Canavilhas (2010), Kotler et al (2017), Kingsnorth (2016) e, por fim, Lampe e Ellison (2012).

2.1.1 Comunicação

Na óptica de Wiener (1948), baseados em estudos cibernéticos, introduzem o conceito de comunicação no contexto organizacional, uma vez que é uma habilidade essencial para o sucesso pessoal e profissional. A capacidade de se comunicar de forma clara e eficaz é fundamental para construir relacionamentos, resolver conflitos, liderar equipas e alcançar objectivos de uma organização.

Assim, Berlo (1985, pág. 27) define comunicação como sendo um processo pelo qual as pessoas compartilham informações, ideias, pensamentos e sentimentos com outras pessoas, envolvendo a troca de mensagens entre um emissor e um receptor, com a intenção de transmitir uma mensagem clara e compreensível.

Diante da definição apresentada por Berlo (1985) e no contexto do estudo em alusão, pode-se perceber que comunicação é um processo de divulgação, preservação e conservação da informação que possibilita a transmissão de valores e saberes, a conversação e o diálogo entre os grupos sociais existentes numa sociedade.

2.1.2 Cultura

É entendida por Mendes (2012, pág. 63), como sendo uma dimensão da personalidade social dos indivíduos, cuja construção faz-se por meio da interiorização dos modelos e valores funcionais para a manutenção da harmonia social.

Por seu turno, Porto (2000, pág. 51) entende cultura como sendo um conjunto complexo de maneiras de ser, estar e se relacionar desde o nascimento até à morte, passando pelos rituais que marcaram os principais momentos do processo de integração social e de socialização.

À luz das definições apresentadas por Mendes (2012, pág. 63) e Porto (2000, pág. 51), pode-se perceber que cultura é o conjunto de hábitos, costumes e tabús que determinam a maneira de ser e de estar de uma determinada.

2.1.3 Media Digitais

Levy (2010, pág. 42) entende os *media* digitais como sendo aqueles que se baseiam na *internet* tanto para distribuição de conteúdo, quanto para a criação do veículo em si.

Por sua vez, Matusse (2018, pág. 74) define *media* digitais como sendo todos conteúdos ou veículos de comunicação que se baseiam na *internet* e a utilizam como meio de distribuição e oferece a possibilidade de feedback por parte do receptor em tempo real.

Diante das definições supracitadas, é possível perceber que os *media* digitais são meios de comunicação usados para a difusão da informação mediante métodos virtuais, com acesso directo ao feedback.

2.1.4.1 O Site de Redes Sociais Facebook

Sites de redes sociais (SRSs) representam “[...] uma categoria do grupo de softwares sociais, que seriam softwares com aplicação direta para a comunicação mediada por computador” (RECUERO, 2009a, p.102). Segundo Recuero (2009a, p.103) o Facebook, ao lado do Orkut, é comumente um dos sistemas mais evidenciados desta categoria. A história do Facebook não envolve apenas tecnologia ou entretenimento. O site ilustra muito bem a dinâmica da Economia Digital, pois com pouco dinheiro se constrói grandes negócios. E ainda, quando envolve um serviço que une pessoas com interesses semelhantes, também pode representar a transformação cultural por que passa o século 21 impulsionado principalmente, pelos avanços tecnológicos do sector da comunicação. Empreendimento de penetração mundial, chegou a proporções que até então nenhuma outra *media* social havia alcançado. Nos Estados Unidos, Reino Unido e Dinamarca quase metade da população desses países possuem perfis no website (TEIXEIRA JR; 2010 p.40). Em Julho de 2010, o número de usuários alcançou 500 milhões e seu valor de mercado passou, em Novembro do mesmo ano, para US\$ 41 bilhões, estimado em negociações privadas de suas acções (TEIXEIRA JR; 2010 p.37). Nos Estados Unidos, de acordo com a consultoria Experian Hitwise, pela primeira vez a audiência do Facebook superou a audiência do Google (ARIMA; MORAES, 2011, p.24), *site* de busca, considerado a principal ferramenta de início de navegação na *internet*. Entre Janeiro e Novembro de 2010, 7,19% dos americanos visitaram a página inicial do *site* de busca e 8,93% acessaram o site social. Em agosto de 2009, os brasileiros visitantes ao *site* de relacionamento

somavam 1,5 milhões e com média de 4,2 visitas por pessoa, segundo pesquisa da comScore 29 (RIBEIRO, 2010, p.63). Exactamente um ano depois, são 9 milhões de usuários com uma média de 6,6 visitas. São seis vezes mais participantes do Brasil no *site* com um aumento na média de visitas na ordem de 57%. O *site* de redes sociais dispõe a seus membros perfis personalizados que incluem informações pessoais como formação académica, local de trabalho e principais interesses (ZYWICA; DANOWSKI, 2008, p.2). Com a criação de um perfil o usuário reúne seus “amigos”, posta mensagens, pode visualizar outros perfis e participa de grupos virtuais, cujos interesses são semelhantes (ELLISON; STEINFELD; LAMPE, 2007). Em Dezembro de 2010, 250 milhões de pessoas se conectavam diariamente ao Facebook trocando 1 bilhão de informações, cerca de 42 milhões por hora (TEIXEIRA JR, 2010 p.35). Para Flores Vivar (2009, p.75) trata-se de uma rede com enfoque generalista, cujo “principal objectivo é colocar as pessoas em contacto e torná-las visíveis”. Estas características do Facebook – disponibilidade de informações sobre consumidores potenciais, possibilidade de reunir pessoas com interesses em certas marcas e produtos, *media* espontânea gerada pelos usuários e oportunidade de interacção a baixo custo – motivam cada vez mais organizações privadas a criarem seu perfil corporativo, ou fan page, no software social. “Redes online, como MySpace, Facebook, Bebo e LinkedIn representam algumas das manifestações mais dinâmicas e promissoras da *media* social atual” (IAB, 2008, p.6)

2.1.4 Património Cultural

De acordo com Mendes (2012, pág. 39), património cultural refere-se a um conjunto dos bens culturais, concernentes às identidades colectivas de uma sociedade/comunidade, que se transmitem de geração em geração.

Por sua vez, a Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro refere o património cultural como o conjunto de bens tangíveis e intangíveis, que constituem a herança de um grupo de pessoas e que reforçam emocionalmente o seu sentido de comunidade com uma identidade própria, sendo percebidos por outros como característicos.

As definições apresentadas nesta secção levam-nos a perceber que património cultural se refere ao conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo moçambicano ao longo da sua história, com relevância para a definição da sua identidade cultural.

2.1.5 Preservação do Património Cultural

A preservação do património cultural é uma preocupação global de extrema importância para salvaguardar a história e a cultura de uma sociedade. Assim, Pedrosa (2011, pág. 91) entende preservação do património cultural, como sendo um processo permanente e sistemático de trabalho educacional que visa assegurar a manutenção da estrutura original do bem cultural imóvel e a tomada de todas as medidas cautelares possíveis para retardar a sua deterioração ou alteração.

2.2 Relação entre a Comunicação e a Cultura

A relação entre as noções polissémicas de cultura e de comunicação configura-se em torno de discursos que tratam dos mesmos objectos reais tais como sejam os meios de comunicação, as práticas culturais, os objectos artísticos, as políticas de comunicação e outros fenómenos em que a partilha de significados se reveste de evidência particular (Caune, 2008, pág. 105).

Caune (2008, pág. 105) refere ainda que a comunicação, como fenómeno vital, chega ao homem em forma de cultura, de modelos culturais, onde as relações de comunicação procuradas e institucionalizadas organizam *ethos*, isto é, comportamentos colectivos, originando uma esfera de ordenamentos sociais, que opera como um sistema referencial e moderador.

Assim, as interacções, as influências e as mediações culturais podem ser entendidas como modalidades de transmissão entre o passado e o presente, entre os espaços públicos e a vida privada e entre as diversas províncias de significado finito. Esse pensamento, para utilizar uma expressão de Émile Benveniste apropriada por Caune (2008, pág. 106), implica uma linguística fundada no conceito de enunciação e distingue dois modos de “significância” que correspondem à distinção entre língua e discurso.

A significância semiótica está ligada à lógica do signo. A significância semântica, ligada ao sentido, resulta do mundo da enunciação e do universo do discurso (Benveniste, 1969, *apud* Caune, 2008, pág. 106). Estes dois modos de se referir à cultura, através de uma análise linguística, clamam pela sua indissociabilidade, pois, a presença desses dois modos confere à cultura a sua dimensão de mediação que se manifesta, ao mesmo tempo, como produção do sentido e como construção da forma.

2.3 Tipos de *Media* Digitais usados para a Preservação do Património Cultural

Os *media* digitais podem ser abordados de diferentes tipos. Assim, para o presente estudo Matusse (2018, pág. 49) fez a abordagem de quatro (4) tipos, nomeadamente: *media* paga, *media* digitais próprias, *media* gratuita/espontânea e o *media* digital *off-line*.

- **Media Paga:** é aquela que a organização ou o indivíduo paga para aparecer, mediante a escolha do local que quer aparecer, efectuando o pagamento/acordos de pagamentos e, posteriormente, o seu negócio já começa a aparecer nesta *media* escolhida. Dentre eles, se destacam: Google Ads, TV indoor, Facebook Ads, LinkedIn Ads, Instagram Ads, campanhas de *links* patrocinados em portais, *sites*, *blogs*, campanhas de *banner* e *popups* em portais, *sites* *blogs* e campanhas de *remarketing*;
- **Media Digitais Próprias:** são aqueles que estão sob seu controlo, ou que você pode tomar um maior destino e providências sobre elas. São elas: o seu *blog*, suas redes sociais e seu *site de Youtube*;
- **Media Gratuita/Espontânea:** é aquele espaço que você ou seu negócio recebe de maneira gratuita para aparecer nele. Geralmente, isso ocorre quando tem um conteúdo importante ou uma temática que muito agrada aquele canal e seus espectadores, leitores etc;
- **Media Digital Off-line:** são aqueles *media* que estão e são do formato digital, mas não estão necessariamente em uma rede *online* ou até mesmo em exibição, mas não deixam de ser *media* digitais. Como exemplos, destacam-se: exames de ultrassom entregues em *Cd's*, *Dvd's* ou *pendrives*, álbuns de formaturas ou casamentos entregues em *Cd's*, *Dvd's* ou *Pen drives* e *Tv's* de elevadores e restaurantes.

2.4 Formas de Preservação do Património Cultural usando *Media* digitais

A preservação do património cultural usando *media* digitais tem início com a identificação de elementos de valor histórico e cultural, englobando pesquisas históricas, avaliações físicas e documentação apropriada, conforme sustenta Porto (2000, pág. 30). O mesmo autor refere que salvaguardar contra ameaças naturais, como erosão e deterioração, bem como prevenir danos resultantes de intervenções inadequadas, são cruciais para a preservação desses bens.

Assim, Matusse (2018, pág. 74) acrescenta que para enfrentar os desafios da preservação do património cultural usando *media* digitais, é fundamental adoptar abordagens sustentáveis que incluam a incorporação de princípios de sustentabilidade na restauração e preservação

edifícios históricos. Além disso, é de extrema importância que se promova o turismo cultural, de modo a gerar receitas que contribuam para a manutenção desses locais.

Por sua vez, Oliven (2003, pág. 7) defende que a tecnologia desempenha um papel cada vez mais relevante na preservação do património cultural. Na sua lógica de raciocínio, o autor refere que ferramentas como a digitalização em 3D e a realidade virtual possibilitam uma documentação precisa e uma partilha acessível de bens culturais, o que torna um instrumento eficiente e preciso para a restauração e preservação do património cultural.

Na mesma lógica de raciocínio, Torres (2009, pág. 49) sublinha que a preservação do cultural requer uma base legal sólida, com leis de preservação coerentes e actualizadas para atender as necessidades em constante evolução. O mesmo autor refere ainda que é necessário que se incrementem políticas governamentais eficazes com uma abordagem mais abrangente, que incluam a sustentabilidade, a tecnologia e uma consciencialização pública que promova a preservação e ofereçam incentivos financeiros.

Na visão de Fonseca (2000, pág. 53), todas essas acções resultam de uma responsabilidade partilhada, que envolve a comunidade, especialistas, governos e organizações, além de um compromisso com a preservação da nossa identidade cultural e da riqueza da nossa história. Ao adoptar essas estratégias sustentáveis, o autor em citação garante que o património cultural continua e continuará a enriquecer nossas vidas e a contar histórias das gerações passadas para as futuras.

Assim sendo, diante das intervenções apresentadas pelos autores, pode-se perceber que a preservação cultural usando *media* digitais é uma abordagem multidisciplinar que tem a vista a garantia da sustentabilidade cultural para futuras gerações.

2.5 Vantagens e Desvantagens do uso dos *Media* Digitais na Preservação do Património Cultural

É importante reconhecer que nas tecnologias de informação e comunicação, as vantagens existem, contudo, existem aspectos que podem contribuir negativamente na sua forma de actuação, dentre eles se destacam:

2.5.1 Desvantagens do uso dos *Media* Digitais na Preservação do Património Cultural

No que diz respeito às desvantagens dos *media* digitais, Matusse (2018, pág. 36) descreve as seguintes:

- O funcionamento dos *media* digitais deve ser óptimo para que qualquer notícia possa ser transmitida. Se a *internet* falhar, a conexão com as câmaras ou se houver algum aspecto técnico que dificulte a transmissão, será difícil resolver naquele momento até que seja resolvido tecnicamente;
- As informações podem ser falsas ou precisas. Isso significa que muitos meios de comunicação podem transmitir notícias falsas ou falta de realidade. O facto de aparecerem em um meio não significa que todas as notícias veiculadas sejam reais.
- Muitos meios de comunicação são ameaçados ou restringidos pelos interesses dos partidos políticos e/ou de outros blogueiros;
- O custo de iniciar um meio de comunicação não é pequeno, especialmente quando se trata de licenças, equipamentos e pessoal para montar um meio de comunicação.
- Muitas áreas, por sua situação e falta de estrutura, podem ficar de fora da cobertura dos *media*. Nesse caso, são lugares isolados onde as notícias não chegam e a população é desinformada, criando uma lacuna cultural significativa.
- A dependência de dispositivos tecnológicos como o celular, que é um dos dispositivos mais utilizados para se manter actualizado com tudo o que acontece no mundo e, por isso, está gerando problemas de dependência.
- A autoria dos responsáveis pela notícia pode ser perdida, pois quando se trata da *internet*, ela pode ser dispersada ou não reconhecida uma vez que as mensagens sejam divulgadas.

2.5.2 Vantagens do uso dos *Media* Digitais na Preservação do Património Cultural

Sobre as vantagens dos *media* digitais, Matusse (2018, pág. 34) constituem um meio de comunicação capaz de levar as organizações num estágio de desenvolvimento que possibilita a interação de vários intervenientes do ambiente externo. Assim, como vantagens, de acordo com Matusse (2018, pág. 34), os *media* digitais:

- Possuem um perfil próprio nas redes sociais, para que se possa criar um debate sobre algumas notícias de grande impacto;
- Garantem a transmissão dos factos em tempo real e permitem estar a par de todas as notícias que existem em qualquer parte do mundo.
- São meios ideais para a divulgação em massa e também permitem que a lacuna cultural seja reduzida.

- Eles oferecem a possibilidade de empresas e negócios incluírem sua publicidade neles, pois, graças a isso, podem promover seus produtos e atingir um grande número de pessoas;
- Permitem uma comunicação instantânea, a partilha de informações, a possibilidade de encontrar pessoas, grupos e assuntos de interesse, novos tipos de negócios e empregos, novas formas de comunicação e a divulgação de trabalho e habilidades e oferecem um vasto banco de dados de conhecimento, onde é possível encontrar respostas para uma variedade de perguntas.

2.6 Dimensões do Património Cultural

Pela diversidade, vastidão e características do património cultural, a sua forma de actuação, divide-se em duas dimensões meramente conceituais, nomeadamente: a dimensão material ou tangível e a imaterial ou intangível.

2.6.1 Património Cultural Material ou Tangível

Na visão de Telles (2007, pág. 48), o património cultural material se subdivide em imóveis (monumentos, sítios e locais históricos, igrejas, fortalezas, casas, moinhos, praças, fontanários, etc.) e móveis (arquivos, traje, esculturas, pinturas, relicários, manuscritos, máquinas, instrumentos de trabalho, artesanato, objectos de uso quotidiano, elementos de adorno, etc.).

2.6.2 Património Cultural Imaterial ou Intangível

De acordo com Zanirato e Ribeiro (2006, pág. 75), o património cultural imaterial é constituído por bens intangíveis, fazendo parte desta dimensão: os diálogos, línguas nacionais, rituais, crenças e práticas religiosas e sociais, valores, tradições e expressões orais e culturais como contos, ditos, anedotas, adivinhas, músicas, cantigas, teatro, danças, jogos, gestos, formas de costume.

Por seu turno, o nº 1 do Artigo 2, da UNESCO (2003), refere que o património cultural imaterial corresponde as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências, bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados, que as comunidades, os grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural.

Das concepções apresentadas por Zanirato e Ribeiro (2006, pág. 75) e pela UNESCO (2003), há a destacar que a dimensão imaterial abrange os modos característicos de viver numa dada comunidade, os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que estejam a ela directamente associados ou que garantam a sua existência, execução ou manifestação.

2.7 Convenções Internacionais e Políticas Nacionais de Preservação do Património Cultural

Na matéria da preservação do património cultural, foram aprovadas políticas internacionais e nacionais, com vista a sua protecção e conservação dentro do espaço público e privado. Nesse âmbito, no contexto internacional, o destaque vai para:

2.7.1 Convenções Internacionais de Preservação do património Cultural

Dentro da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (1974), como reflexo da crescente preocupação com os bens patrimoniais e o reconhecimento de que a salvaguarda destes era um assunto que extrapolava as fronteiras nacionais dos Estados.

Zanirato e Ribeiro (2006, pág. 56) refere que a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual tinha como missão potencializar as relações culturais entre os países, tendo, para tal, organizado em 1931 a Conferência Internacional em Atenas, na Grécia. Desta, resultou a Carta de Atenas, o primeiro documento internacional a versar sobre a protecção dos bens patrimoniais.

Nesse âmbito, em 1948, a ONU deliberou que o direito à Educação e Cultura deveriam ser prerrogativas mundiais, mostrando o seu comprometimento com a preservação do património cultural (Zanirato & Ribeiro, 2006).

Por sua vez, em 1972, a ONU criou a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, após constatar que o património cultural estava cada vez mais ameaçado de destruição e que a protecção de tal património à escala nacional era, na maior parte das vezes, insuficiente. Esta convenção reconhece que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessitam de ser preservados como elementos do património mundial da humanidade no seu todo (UNESCO, 1972, pág. 36).

Em 2003, acorda-se a Convenção que Salvaguarda o Património Cultural Imaterial, focalizando a sua preocupação especial na dimensão imaterial ou intangível do património cultural (UNESCO, 2003, pág. 19).

Em 2005, aprova-se a Convenção de Faro, quadro Pan-Europeu, fruto da cooperação em torno da preservação cultural. Nesta convenção:

- (i) Reconhece-se a necessidade de colocar as pessoas e os valores humanos (respeitando os direitos e liberdades dos outros) no centro de uma abordagem interdisciplinar de património cultural; e
- (ii) Enfatiza-se o valor e o potencial da herança cultural como recurso para um desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

2.7.2 Políticas de Preservação do Património Cultural em Moçambique

Em Moçambique, após a proclamação da independência nacional, o Estado procurou formas de dinamizar acções que levassem à preservação do património cultural. A sua dinamização teve lugar de 1978-1982, aquando do início do projecto que procurava organizar os documentos recolhidos durante a Campanha Nacional de Preservação e Valorização da Cultura Moçambicana.

Nesse contexto, em 1988, através do Decreto nº 26/93 de 16 de Novembro do Conselho de Ministros, foi criado o ARPAC, com o objectivo de pesquisar, arquivar, conservar e divulgar de forma sistemática a cultura e o património cultural moçambicano,

Consequentemente, com a reforma do Estado e posterior assinatura do Acordo Geral de Paz, houve mudanças estruturais no campo da cultura que culminaram a aprovação de vários instrumentos legais que visavam garantir a preservação do património cultural. Nestes termos:

- A Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro (Lei de Protecção do Património Cultural), tendo como objecto a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano;
- O Decreto nº 26/93 de 16 de Novembro, que cria o Arquivo do Património Cultural (ARPAC), cuja designação é alterada para Instituto de Investigação Sociocultural pelo Decreto n.º 25/2002 de 22 de Outubro;

- O Decreto nº 27/94 de 20 de Julho, que aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural;
- A Resolução nº 12/97 de 10 de Junho, que aprova a Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação;
- O Decreto nº 29/98 de 9 de Junho, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano;
- Decreto nº 71/2009 de 15 de Dezembro, sobre o Regulamento do Regime Jurídico Relativo à Protecção, Preservação e Valorização do Património da Luta de Libertação Nacional.
- Resolução nº 11/2010 de 2 de Junho, sobre a Política de Museus;
- Resolução nº 12/2010, de 2 de Junho, sobre a Política de Monumentos;

Estas políticas, na visão de Zanirato & Ribeiro (2006), por um lado, visavam a criação de bases e instituições legais para o desenvolvimento de actividades de protecção e preservação dos bens culturais e, por outro, evidenciam o crescente compromisso do Estado moçambicano neste desiderato e, também, o reconhecimento dos benefícios que dele podem advir.

Assim sendo, diante das políticas apresentadas ao longo desta secção, pode-se aferir que a aprovação destas políticas visa garantir as bases legais e sustentáveis que possam salvaguardar a manutenção os bens patrimoniais existentes no país.

2.8 Benefícios da Preservação do Património Cultural

Na literatura científica apresentada nesta secção são descritos dois valores simbólicos dos benefícios da preservação do património cultural, nomeadamente: o valor simbólico e o valor de mercado.

2.8.1 Valor Simbólico dos Bens Culturais

A preservação do património cultural visa fundamentalmente salvaguardar os bens culturais, que são produtos da cultura, do pensamento, do sentimento e da acção do Homem. Ademais, a preservação deste património tem, segundo a Comissão Europeia (2005, pág. 23), importância fundamental para:

- (i) O desenvolvimento sustentável;
- (ii) A qualidade de vida; e
- (iii) O enriquecimento cultural de uma comunidade, nação ou sociedade.

Atendendo e considerando o património cultural enquanto herança que passa de uma geração para outra, Chen (2017, pág. 53) considera ser benéfica a preservação cultural, pois:

- (i) Permite a manutenção dos bens memoriais e identitários;
- (ii) Leva as pessoas ao conhecimento do que as caracteriza; e
- (iii) Mantém aberto um canal de comunicação entre as gerações.

A característica comunicativa dos bens culturais acima mencionada é conseguida por intermédio de uma dimensão simbólica que os mesmos transportam, carregados de signos da identidade de um povo (Zanirato & Ribeiro, 2006, pág. 48).

Para Bulhões (2000, pág. 37), o valor simbólico se instaura e se desenvolve no âmbito das relações que cada bem cultural (objecto ou evento) estabelece com outros significados vigentes. Estas relações, ao serem estabelecidas, culminarão na inserção do referido bem cultural no sistema de símbolos. Assim, a preservação cultural impactará na dimensão simbólica e esta, na construção das identidades das gerações.

As obras de arte e outros bens culturais comunicam sentimentos e expressões, guardam informações da história humana, educam moralmente as gerações, permitem a construção de significados e de juízos, transmitem mensagens que favorecem o desenvolvimento intelectual, ajudam os sujeitos a perceberem o seu meio e a sua cultura (Hernández, 2000, pág. 23).

Nestes termos, a aprovação destas políticas, visa essencialmente, valorizar e reconhecer os esforços envidados pelo Governo de Moçambique na salvaguarda e protecção dos bens materiais e imateriais existentes no país.

2.8.2 Valor de Mercado dos Bens Culturais

Outros benefícios da preservação cultural, para além dos advindos do valor simbólico atrás mencionado, têm a ver com a criação do valor de mercado. Este emerge quando formas de manifestação cultural características de certa comunidade são apreciadas e adquiridas/compradas por turistas, apreciadores, coleccionadores, em diversos locais, como feiras, praças, nas próprias comunidades, entre outros locais.

Tal como refere Bulhões (2000, pág. 27), o valor de mercado consiste numa condição de compra e venda dos bens culturais, dentro de um sistema mercantil cujos critérios de elegibilidade (como a raridade e a autenticidade) são determinados pelos sujeitos e instituições que dele participam. Bulhões (2000, pág. 27) aponta dois mercados de bens culturais: o primário e o secundário.

O primário corresponde às galerias onde os bens recebem o preço pela primeira vez adequando-se a eles um valor económico a um valor estético. O secundário corresponde às casas de leilão, gravadoras, onde os bens são renegociados.

Na actualidade, registam-se novas tendências do mercado de bens culturais, com o surgimento de organizações ou instituições facilitadoras. Neste cenário, as galerias e gravadoras desempenham o papel de intermediárias entre os produtores/artistas e os compradores/apreciadores.

Mendes (2012, pág. 59), parafraseando Paul Krugman, Nobel da Economia em 2008 referia que: “Promover a identidade cultural de uma cidade é fundamental para se conseguir vender a cidade como um bom sítio para viver e visitar, tornando-a um bom local para fazer turismo, mas também para localizar um negócio”.

Nestes termos, fazendo uma análise cuidadosa dos benefícios apresentados ao longo desta secção, pode-se perceber que simbolizam a identidade de uma região, representam os significados e as relações socioculturais de uma região, salvaguardando os seus rituais, os hábitos e costumes de uma sociedade.

2.9 Mecanismos de Disseminação do Património Cultural

A disseminação e preservação cultural têm ocupado lugar nas reflexões a nível mundial. Na Agenda 2030 das Nações Unidas, por exemplo, os países comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável (Torres, 2009, pág. 28).

Torre (2009, pág. 29) refere, ainda que, trata-se de um plano de acção para as pessoas, o planeta e a prosperidade, orientado para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's), buscando fortalecer a paz universal. O mesmo autor acrescenta que, na Agenda 2030, interessa particularmente para este estudo o objectivo 11, que orienta para a necessidade de se tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Por fim, Mendes (2012, pág. 67) salienta que os Estados deverão, entre outras acções, incrementar os esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo (objectivo 11, meta nº 4). Estes esforços, ainda na visão do autor em citação, implicam a adopção de mecanismos para desencadear acções conducentes à disseminação e preservação cultural.

À luz das percepções apresentadas pelos autores ao longo desta secção, percebe-se que os mecanismos de disseminação do património cultural podem variar conforme as circunstâncias do local, as características do grupo-alvo, o tipo de bens culturais, entre outras determinantes. Contudo a sua forma de actuação visa fortalecer a protecção do património cultural quer nos locais públicos, quer privados.

2.10 Relação entre Media Digitais e Preservação do Património Cultural

Levy (2010, pág. 43) aponta que a actual era relacional caracterizada pela digitalização é catalisada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, devido às suas possibilidades de interactividade e conectividade.

Assim, Porto (2000, pág. 59) refere que a existência de vários meios de comunicação através dos quais as sociedades passam e recebem informações permite uma interacção saudável na preservação e divulgação da informação. O mesmo autor refere que os indivíduos, assim como as organizações comunicam usando vários sistemas mediáticos, complementares e concorrentes, tais como *sites*, *blogs*, televisão, cinema, impresso, rádio, redes sociais, dispositivos móveis, entre outros.

Por meio da preservação, digitalização e partilha das suas obras de maneira digital, contribuem para a difusão e convergência de conhecimentos provenientes dos seus acervos e estimulam o desenvolvimento cultural (Jenkins, 2013, pág. 71). Na mesma senda, o autor salienta que a convergência é uma das características da era digital. Na sua óptica, as fronteiras entre telefone, televisão, rádio e computador estão desaparecendo, ainda que a convergência aconteça dentro dos aparelhos, das organizações, dos grupos de fãs e dos cérebros dos consumidores.

Assim, a diversidade dos *media* possibilita que o público explore as várias opções existentes, dependendo da necessidade, do interesse, da disponibilidade e de tempo para acesso (Jenkins, 2013, pág. 19).

Jenkins (2013, pág. 20) acrescenta que a convergência advém do facto de os usuários poderem oscilar de um extremo ao outro da diversidade mediática, explorando os *media* que atendem às suas necessidades de informação e de entretenimento, e que, simultaneamente, melhor lhes permitem construir, desenvolver e partilhar o seu conhecimento.

Assim, ao se propor a criação da convergência dos *media* (por intermédio de um artefacto/ instalação) para disseminação cultural, pretende-se com a mesma fornecer ao

usuário/interactor a possibilidade de explorar os *media* que melhor lhe convierem e a partir disto, gerar e desenvolver o conhecimento e a consciência sobre o bem cultural.

Nesse âmbito, Jenkins (2013, pág. 38) sublinha que a mediatização da sociedade está directamente ligada às mudanças culturais e sociais vivenciadas na actualidade, caracterizadas pela mudança nas formas de consumo de bens simbólicos e pelo rompimento de barreiras tradicionais das manifestações culturais. Com efeito, fazendo uso dos *media* digitais, pode-se alcançar e permitir que muitas pessoas consumam e tenham o conhecimento sobre bens culturais em pouco tempo, sem muitos custos adicionais e, igualmente, sem necessidade do contacto físico entre o sujeito/apreciador com o objecto/bem cultural.

A sensibilização da opinião pública, proposta e considerada por Mendes (2012, pág. 15) como um dever cívico e uma obrigação do poder local e central, baseando-se na tese de que quem conhece e entende o valor de um bem patrimonial não o desvaloriza nem o destrói, pode ser conseguida com o uso combinado dos *media*.

Assim sendo, fazendo uma análise da relação entre os *media* digitais e preservação do património cultural, permite-nos aferir uma interdependência, uma vez que os *media* digitais servem de um meio de comunicação para alavancar e divulgação dos bens culturais de uma sociedade, permitindo maior abertura e inclusão no meio em que estão inseridos.

2.11 Media Digitais mais adequados e sua Importância na Preservação do Património Cultural

No contexto moçambicano, a internet e a digitalização vêm gerando alterações importantes no conjunto dos *media*, incluindo as tradicionais, os quais estão progressivamente a migrar, total ou parcialmente para o ambiente digital.

Os *media* digitais permitem a conectividade e a interacção entre usuários e transformam-nos em produtores de conteúdos, ou *producers*, gerando um conjunto de dinâmicas de produção e partilha rápida de conteúdos que os torna ferramentas estratégicas no desenvolvimento de relacionamentos, apontando relacionamento como a melhor palavra para descrever o marketing nas sociais (Torres, 2009, pág. 45).

Ainda mais, os *media* digitais promovem nas pessoas maneiras novas de pensar, sentir e comportar nos *media* e nos contextos onde estes se desenvolvem, estimulando novos papéis e usos no ecossistema que devem ser prontas e continuamente identificados pelas empresas, determinando, também, o uso concreto, as funções específicas nos seus processos de interacção e relacionamento (Lampe & Ellison, 2012, pág. 58).

Lampe & Ellison (2012, pág. 58) sustentam, ainda, que, atendendo que a era pós-moderna é dominada por tecnologias digitais de comunicação e que estas influenciam as formas de viver, de aprender, de interagir, de pensar, é preciso verificar e assumir que os sujeitos desta era não se contentam apenas em alcançar um conhecimento através de escritos/físicos, não se conformam com simples leituras de manuais, mas preferem aprender através da conjugação das possibilidades trazidas pelas tecnologias digitais.

Por sua vez, Porto (2000, pág. 26) salienta que os instrumentos tecnológicos usados pelas novas gerações, nessa combinação de busca, experimentação e partilha, são o computador, os *smartphones*, os *tablets*, os *videogames*, entre outros, que são capazes de suportar plataformas digitais, redes sociais, *internet*, entre outras consideradas essenciais nesta era. Estes recursos tecnológicos interferem na maneira de como os sujeitos pensam e olham o mundo.

Fiormonte, Numerico e Tomasi (2015, pág. 65) os consideram como sendo uma aspiração contemporânea ou projecto de complementaridade e aliança entre ciências sociais, ciências da informação e as humanidades. Este conjunto de práticas constitui um novo campo académico de produção de conhecimento (mobilizando ferramentas e metodologias de várias áreas científicas, cruzando-as com perspectivas singulares abertas pela tecnologia digital).

Deste modo, Lobo e Vieira (2015) sustentam que a virtualização dos bens culturais (sob forma de documentos digitalizados, narrativas escritas e orais, fotos, áudio, audiovisuais) e sua disponibilização em plataformas digitais é vista nesta pesquisa como uma actividade com largo potencial de sucesso para o armazenamento, a disseminação, a apreensão e a preservação do património cultural.

É nesse contexto que Torres (2009, pág. 96) refere que a digitalização e virtualização são chamados a entrar em cena, pois, para além de permitirem facilidade de acesso, partilha, armazenagem e reutilização de informações, permitem que os sujeitos (sobretudo as novas gerações) lidem diariamente com uma convergência de variedade dos *media* e de linguagens (suportadas pela digitalização e virtualização) que os influenciam na construção de suas personalidades e identidades.

Diante dos aspectos discutidos ao longo da presente secção, é possível aferir que os *media* digitais mais adequados e sua importância na preservação do património cultural constituem ferramentas de gestão que possibilitam uma interacção entre vários usuários da sociedade, garantindo a manutenção e salvaguarda dos bens patrimoniais existentes.

Dentre os vários autores discutidos neste capítulo sobre o contributo dos *media* digitais na preservação do património cultural, é importante realçar que o capítulo traz uma visão geral e abrangente de como os media digitais devem actuar na divulgação do património cultural. Na mesma lógica, o capítulo fornece todas as ferramentas credíveis e sustentáveis que podem alavancar a divulgação do património cultural usando *media*.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

O presente capítulo descreve os aspectos metodológicos, apresentando o tipo e a abordagem da pesquisa, a população, a amostra e amostragem, os instrumentos de recolha e análise de dados, as técnicas de análise e tratamento de dados, as questões éticas e, por fim, as limitações de estudo.

3.1 Tipo de Pesquisa

Para a realização do presente estudo, foi usada uma pesquisa descritiva e exploratória. Na visão de Gil (2014), a pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa que busca descrever características de uma determinada população ou estabelecer uma relação entre as variáveis. Além disso, é feita em estudos científicos que pretendem descrever e compreender fenómenos que ocorrem dentro das organizações,

A pesquisa exploratória é entendida por Marconi e Lakatos (2003, pág. 76), como sendo uma pesquisa que tem como objectivo a formulação de perguntas de pesquisa ou de um problema, com tripla finalidade, nomeadamente: aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, facto ou fenómeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

É neste contexto que o presente estudo pretende explorar as percepções dos colaboradores do ARPAC, em torno do contributo dos *media* digitais na preservação do seu património cultural.

3.2 Abordagem de Pesquisa

Relativamente à sua abordagem da pesquisa, foi qualitativa. De acordo com Mattar (2001) Citado por Oliveira (2011, pág. 35), a abordagem qualitativa pode ser compreendida como uma metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, que proporciona percepções e compreensão do problema.

Para o contexto do presente estudo, a abordagem qualitativa consistiu na interpretação dos resultados da entrevista e do questionário, usando método de análise de conteúdo e de tabulação de dados, respectivamente.

3.3 População, Amostra e Amostragem

Na visão de Barbetta (2005, pág. 59), população é o conjunto de elementos que formam o universo de estudo que se quer abranger numa pesquisa. Nesse contexto, o ARPAC conta com um universo de 100 funcionários. Destes, 68 são homens e 32 são mulheres.

Marconi e Lakatos (2010, pág. 39) definem amostra como uma parcela seleccionada do universo. A partir dos 100 participantes apresentados na população, foi extraída uma amostra de 25 participantes (20 funcionários foram submetidos a um questionário e cinco Directores a uma entrevista), usando uma amostragem por acessibilidade que, segundo Maconi e Lakatos (2010, pág. 40), é uma técnica de amostragem em que os indivíduos são seleccionados com base em sua disponibilidade e acessibilidade.

3.4 Instrumentos de Recolha de Dados

Relativamente aos instrumentos de recolha de dados, foram usados três instrumentos, a saber: o inquérito por questionário, a entrevista semi-estruturada e a observação participante. No inquérito por questionário foi usado as perguntas fechadas (dicotômicas e de escolha múltipla), em conformidade com as perguntas de pesquisa, com o objectivo de descrever e explorar as percepções dos funcionários do ARPAC sobre o contributo dos *medias* digitais na preservação do seu património.

Conforme defendem Marconi e Lakatos (1999, pág. 39), o inquérito por questionário é um instrumento de colecta de dados constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito com ou sem a presença pesquisador.

Por sua vez, Gil (2008, pág. 13) entende entrevista semi-estruturada como um tipo de entrevista em que o entrevistador realiza uma série de perguntas ao entrevistado sem a necessidade de seguir rigorosamente uma lista de perguntas previamente estruturadas. A entrevista semi-estruturada foi dirigida aos Directores, desenhada em conformidade com as perguntas de pesquisa, com vista a perceber a suas percepções em relação ao contributo dos *media* digitais na preservação do património cultural.

Por fim, a observação participante é apontada por Quivy (2008, pág. 7), como sendo um método utilizado numa pesquisa de cariz exploratório e descritivo que consiste na visualização e registo sistemático de padrões de comportamento das pessoas ou outros objectos de forma a obter informações sobre o objecto da pesquisa. O observador não questiona pessoas nem comunica com as pessoas que estão a ser observadas, apenas regista, geralmente, segundo uma grelha de observação, os comportamentos efectuados.

Na observação participante foram observadas as formas de preservação do património cultural usando *media* digitais, o nível de competências dos funcionários para lidar com *media* digitais e, por fim, os tipos de *media* digitais usados para a preservação do património cultural.

3.5 Técnicas de Análise e Tratamento de Dados

Para a análise e tratamento de dados do questionário usou-se a técnica de tabulação de dados/método estatístico. Numa primeira fase, identificou-se o problema da pesquisa. Os dados secundários foram colectados com base na revisão da literatura e os dados primários com base no questionário que foi dirigido a 20 participantes. Na fase subsequente, foi feita uma representação gráfica na distribuição de frequência relativa. A representação foi feita através de gráficos circulares e de barras, com o auxílio do *Microsoft Excel*.

De seguida, para a entrevista semi-estruturada dirigida a cinco Directores, foi usada a técnica de análise do conteúdo. Segundo Bardin (2002, pág. 7), a análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem como objectivo enriquecer a leitura e ultrapassar as incertezas, extraíndo conteúdos por trás da mensagem analisada, buscando outros significados intrínsecos na mensagem trazida dos entrevistados, compreendendo as três etapas, nomeadamente:

- **Pré-análise:** nesta fase, foi feita a sistematização dos dados recolhidos mediante a transcrição para o formato digital das respostas apontadas.
- **Exploração do material:** consistiu, essencialmente, nas operações de codificação ou enumeração em função de regras previamente formuladas, ou seja, agrupa-se as respostas dos entrevistados em função das características em comum.
- **Tratamento dos resultados, inferência e interpretação:** nesta etapa, a interpretação dos resultados foi baseada nas respostas obtidas mediante as entrevistas, dos aspectos

observados no local do estudo e nas informações apresentadas na revisão da literatura, buscando pontos convergentes e divergentes.

3.6 Questões Éticas

Por uma questão metodológica, a preocupação como os procedimentos éticos e códigos de ética, os interesses dos grupos pesquisados devem preceder os interesses de toda pesquisa (July, 2003, pág. 43). E, dado que esta pesquisa envolveu pesquisadores e participantes – ou pesquisadores e pesquisados, foi importante a ética, que conduziu as acções de pesquisa, de modo que a investigação não criasse prejuízo para nenhuma das partes envolvidas.

É nesse contexto que, tratando-se de uma pesquisa que se enquadra no âmbito das ciências sociais, observou-se todas as questões éticas que garantiram que antes, no decorrer e após o término da pesquisa nenhum dos intervenientes da pesquisa ficasse com um sentimento de pesar devido a inobservância de aspectos que afectassem a sua integridade moral.

Foi nesse âmbito que para a materialização formal da pesquisa de campo foi submetido o pedido de credencial à Direcção da ECA. Após isso, foi apresentada a credencial à Direcção de Recursos Humanos do ARPAC. Tendo sido explícito o propósito da pesquisa, em seguida, foi marcado o dia para administração da entrevista e do questionário aos funcionários seleccionados.

CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

No presente capítulo são apresentados e discutidos os dados qualitativos e quantitativos, resultantes da análise feita às diferentes opiniões dos entrevistados e inquiridos, nomeadamente, os Directores e funcionários do ARPAC. Os dados apresentados, para além de obedecerem os critérios observados no âmbito teórico da pesquisa, também procuram responder as questões de pesquisa.

4.1 Descrição do Objecto e Local do Estudo (ARPAC)

O ARPAC é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura e Turismo, para assegurar o destino dos documentos recolhidos durante a Campanha Nacional de Preservação e Valorização da Cultura (ARPAC 2004).

O ARPAC está localizado na Cidade de Maputo, no Distrito Municipal Kanpfumo, Rua de Bagamoyo, nº 201 R/C. O ARPAC Foi criado com o objectivo de pesquisar, arquivar, conservar e divulgar de forma sistemática a cultura e o património cultural moçambicano. A criação do ARPAC visava, fundamentalmente, a organização dos documentos recolhidos durante a Campanha Nacional de Preservação e Valorização da Cultura.

A origem do nome remonta em 1993, através do Decreto 26/93 de 16 de Novembro, após a reforma do Estado, passou a ser uma instituição pública, denominada Arquivo do Património Cultural, abreviadamente designada ARPAC, possuindo a partir de então, uma existência legal e autónoma com a missão de pesquisar o arquivo e a divulgação sistemática, dentro dos parâmetros cientificamente reconhecidos, da cultura e do património cultural dos moçambicanos, com a finalidade de estudo, educação e deleite.

Desde a sua fundação até finais da década, a instituição funcionou na histórica Casa de Ferro, um imóvel que albergou diversos serviços, entre municipalizados e ministeriais. Devido ao equívoco que criava o nome, o Arquivo decidiu-se pela mudança de denominação.

Assim, em 2002, através do Decreto 25/2002, de 22 de Outubro, do Conselho de Ministros, essa instituição passou a denominar-se, oficialmente, ARPAC - Instituto de Investigação Sociocultural, adequando, desse modo, o seu nome às reais atribuições e, conservando a designação ARPAC, como seu nome histórico.

Neste período, o ARPAC já funcionava na Rua de Bagamoyo, num edifício com elevado valor histórico, arquitectónico e estético. Assim, o ARPAC é uma instituição que aposta numa investigação aplicada com impacto imediato nos programas de desenvolvimento social, económico, político e cultural do país e da África Austral.

O ARPAC pesquisa, arquiva, conserva e divulga de forma sistemática, utilizando métodos científicos, a cultura e o património cultural moçambicano, com a finalidade de estudo, educação e deleite.

Quanto aos objectivos, o ARPAC visa:

- Promover a investigação científica em Ciências Sociais: História, Etnologia, Antropologia, Linguística, Etnomusicologia, Sociologia, etc.;
- Arquivar, conservar e divulgar os bens que constituem o património cultural moçambicano;
- Contribuir para o conhecimento da realidade sociocultural das comunidades moçambicanas, como uma componente fundamental para os projectos de desenvolvimento do país;
- Contribuir, através de estudos socioculturais, para a erradicação da pobreza em Moçambique.

Relativamente à estrutura orgânica, o ARPAC está estruturado da seguinte maneira:

- Direcção;
- Departamento de Investigação;
- Departamento Documentação;
- Departamento de Edição e Divulgação;
- Departamento de Administração e Finanças; e
- Delegações Provinciais.

a) Direcção

A Direcção do ARPAC é constituída por um Director-Geral, coadjuvado, no exercício das suas funções por um Director-Geral Adjunto e por uma Secretária. O Director-Geral do ARPAC é assistido por pessoal científico e técnico, que tem a seu cargo as responsabilidades de investigação, documentação, divulgação e, pelo pessoal administrativo.

b) Departamento de Investigação

O Departamento de Investigação constitui um dos principais órgãos do ARPAC, com a missão de coordenar e realizar estudos de campo e de gabinete sobre os aspectos socioculturais do país.

Considerando a cultura na sua relação com o desenvolvimento sustentável, através deste departamento, o ARPAC faz estudos com aplicação imediata em matérias de domínio

económico, como agricultura, pescas, meio ambiente, turismo, trabalho migratório, boa governação, entre outras áreas.

Actualmente, o ARPAC encontra-se na vanguarda da pesquisa sociocultural ao nível de todo país, contando com representação em sete províncias, perspectivando-se a sua implantação em todo o país.

Este departamento compreende três sectores, nomeadamente: Etnomusicologia, Línguas Moçambicanas e Género.

Sector de Etno-musicologia

Criado em 1992, este sector está especializado na pesquisa e recolha da música tradicional moçambicana, para arquivo e divulgação. Este iniciou as suas actividades em 1993, após a formação de técnicos especializados na área, os quais, desde então, têm levado a cabo pesquisas de campo e o tratamento do material já existente no sector, incluindo o recolhido durante a Campanha de Preservação Cultural.

Este sector tem mantido contactos com outras instituições congéneres nacionais, como a Rádio Moçambique, a Associação dos Músicos Moçambicanos, a Companhia Nacional de Canto e Dança, a Escola Nacional de Dança e a Escola Nacional de Música, com vista à colecção dos seus acervos musicais. Entre as acções realizadas, destaca-se a catalogação do material áudio e audiovisual e edição de catálogos, assim como, a tradução das letras e a identificação da morfologia e da função social das canções e respectiva edição em brochuras, monografias, cassetes áudio e vídeos.

Sector de Línguas Moçambicanas

O sector realiza a recolha e sistematização da tradição oral, promovendo, deste modo a valorização das línguas nacionais, o que tem permitido participar activamente na padronização das línguas moçambicanas. Um dos desafios deste sector é a produção de um Atlas Linguístico. No entanto, reconhece tratar-se de uma tarefa difícil, mas admite que com isso, linguística do país.

Sector de Género, Biodiversidade e Conhecimento Local

A função deste sector é realizar pesquisas sobre as relações de género visando a valorização e promoção da mulher nos processos multifacetados do desenvolvimento, sem descuidar os seus valores socioculturais. Ao mesmo tempo, dedicasse à realização de estudos sobre biodiversidade e conhecimento local, relacionando estes aspectos a diversos domínios da vida

cultural e social dos moçambicanos. O conhecimento local tem sido destacado, particularmente, quando associado ao maneio dos recursos naturais, da produção agrícola, da pesca e outras actividades relevantes para a subsistência das comunidades locais.

c) Departamento de Documentação

O Departamento de Documentação é a componente da investigação virada para aquisição e conservação de todo o tipo de informação sobre o Património Cultural moçambicano. Este departamento compreende três sectores principais, nomeadamente: Arquivo, Biblioteca e Fotografia.

Sector de Arquivo

O sector de arquivo faz o tratamento técnico de todos os documentos na posse do ARPAC, nomeadamente, o registo, a catalogação, a indexação e o arquivo. Neste momento, o sector continua com o processo de sistematização e digitalização dos documentos da Campanha de Preservação Cultural, assim como a recuperação do material que permaneceu nas sedes distritais e nas capitais provinciais. Ademais, realiza, rotineiramente, a selecção, recorte e organização (por assuntos) dos artigos de jornais com conteúdo relevante sobre cultura, política, economia, arte, música, dança e outros aspectos relevantes sobre o país.

Sector de Biblioteca

Para pôr à disposição do público de informação sistematizada, o Departamento de Documentação tem uma Biblioteca, para onde afluem diariamente investigadores, jornalistas, estudantes de diversos níveis de ensino, à procura de dados sobre a história e a cultura moçambicana e obras de especialidade que o ARPAC produz.

Sector de Fotografia

O sector de fotografia é uma componente do Departamento de Documentação criado logo após a instituição do ARPAC, para recolher e disponibilizar através da fotografia, informações importantes sobre o País. O funcionamento pleno do sector começou em 1985, ano em que foram seleccionados alguns técnicos da instituição para beneficiarem de um curso de formação em fotografia no Centro de Formação Fotográfica (CFF).

O sector, desde a sua criação, tem recolhido imagens relacionadas com os trabalhos de investigação. Para tornar acessível o material recolhido, o sector tem realizado exposições alusivas as celebrações de datas ou factos históricos do país, dentro e fora do ARPAC.

d) Departamento de Edição e Divulgação

O Departamento de Edição e Divulgação tem como atribuição garantir a divulgação dos trabalhos realizados pelo ARPAC e permitir, ao mesmo tempo, a divulgação da cultura e do património cultural moçambicano.

Várias iniciativas têm sido levadas a cabo neste sentido, como a apresentação, nos meios de comunicação social, de alguns dos resultados das pesquisas, e a produção de brochuras, artigos nos periódicos, cassetes e DVD's, assim como a edição de monografias.

No decurso de 1993, surgiu a Colecção Embondeiro, o selo através do qual o ARPAC marca a sua produção sociocultural. Esta colecção, que se associa, igualmente, ao logótipo da instituição, é representada graficamente por um embondeiro frondoso com as inscrições ARPAC.

Assim, fazem parte deste departamento, os sectores de Edição e Informática. O primeiro é um suporte técnico crucial, sem o qual os livros e brochuras não podem seguir às gráficas para a sua reprodução. O segundo é, igualmente, um suporte técnico que contribui na manutenção e na garantia da operacionalidade do equipamento informático e digital do ARPAC.

e) Departamento de Administração e Finanças

Este é considerado um departamento de apoio, que permite a viabilização de todas as actividades da instituição. O departamento tem, essencialmente, como principais atribuições, entre outras, as seguintes:

- Propor e executar o orçamento do ARPAC;
- Gerir os recursos materiais e financeiros do ARPAC;
- Garantir as condições de trabalho para todos os departamentos e serviços do ARPAC;
- Realizar a aquisição de equipamentos e materiais do ARPAC e executar a sua distribuição de acordo com os planos previamente estabelecidos;
- Realizar o secretariado administrativo do ARPAC.

Este departamento compreende três sectores, nomeadamente, Recursos Humanos, Contabilidade e Finanças, e Administração e Património. Estes sectores, fundamentais para o funcionamento do ARPAC, têm mostrado uma eficiência, eficácia na prestação dos seus serviços, tanto no que se refere ao “pessoal” e sua evolução nas carreiras e categorias profissionais, assim como na prontidão que mostram na assistência às solicitações dos restantes sectores.

f) Delegações Provinciais

As delegações têm a sua própria estrutura orgânica, encabeçada por um técnico com formação superior, na qualidade de Delegado Provincial. Nas suas funções, é assistido pelos sectores de investigação, documentação e, administração e finanças. A delegação tem os seus programas de actividade localmente definidos e centralmente coordenados pela Direcção Geral. Actualmente, o ARPAC conta à nível nacional com as seguintes delegações:

- Delegação Provincial de Cabo Delgado (1985);
- Delegação Provincial de Maputo (1986);
- Delegação Provincial de Sofala (1986);
- Delegação Provincial de Manica (1991);
- Delegação Provincial de Tete (1998);
- Delegação Provincial de Niassa (1998);
- Delegação Provincial de Gaza (2009).

Fonte: ARPAC Moçambique (2023)

4.2 Descrição do Património Cultural Tangível e Intangível

4.2.1 Património Cultural Tangível

A presente secção faz a descrição de alguns locais históricos de preservação do património cultural tangível em Moçambique, descrevendo, em primeiro lugar, a Fortaleza de Maputo, a Casa de Ferro, o Museu da História Natural (MHN) e os Caminhos de Ferros de Moçambique (CFM).

4.2.1.1 Fortaleza de Maputo

É um monumento nacional relacionado com a história da presença portuguesa em Moçambique e com as relações e resistência oferecidas pelos habitantes das terras das margens da baía. O monumento é assegurado e protegido pela Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro e pelo Decreto nº 12/2010 de 2 de Junho, atinente à Política dos Monumentos. Encontra-se localizado na Cidade de Maputo, na Baixa da Cidade. Pelo valor histórico arquitectónico que encerra, associado à sua localização privilegiada constitui uma atracção turística, fonte geradora de receitas. Este monumento dispõe de várias salas que têm sido usadas para exposições temporárias.

Figura 1: Fortaleza de Maputo



Fonte: Direcção do Serviço Municipal da Cultura da Cidade de Maputo (2024)

a) Valor Histórico

A sua história remonta nos finais do século XVIII, quando iniciou a construção da 1ª fortificação portuguesa na baía, num contexto de rivalidade comercial entre diversos países europeus.

O presídio, fundado pelos portugueses, sofria ataques frequentes de austríacos, holandeses, franceses e ingleses. Por isso, se decidiu a construção da Fortaleza de Pedra. A estas rivalidades, se juntaram, no século XIX, as crescentes investidas *uguni* e as resistências locais.

O novo contexto criado após a Conferência de Berlim conduziu às várias campanhas militares, visando a conquista de Moçambique. A prisão de Ngungunyane, em 1895, simboliza essa conquista, mas também, a resistência encontrada em diversos pontos do território.

Foi nesse contexto que, na década de 40, decidiu-se construir a fortaleza, seguindo o traçado da anterior e instalar nela o Museu Histórico Militar. Assim, desde a independência nacional, em 1975, a Universidade Eduardo Mondlane tem sido guardiã da fortaleza.

b) Valor Cultural e Turístico

A Fortaleza de Maputo é um monumento que atrai o interesse de vários turistas nacionais e estrangeiros, por conta da existência de acervos militares que simbolizam as várias campanhas militares, com vista a conquista de Moçambique.

4.2.1.2 Casa de Ferro

Localizada junto do Jardim Tunduru e da Estátua do Presidente Samora Machel, constitui uma referência na Baixa da Cidade de Maputo. A Casa de Ferro é protegida pela “Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro e pelo Decreto nº 12/2010 de 2 de Junho, atinente à Política dos Monumentos”. O modelo deste monumento, inteiramente produzido em metal, foi concebido pela Escola de Eiffel, em 1892, por encomenda do Governo Colonial Português à Bélgica. A mesma destinava-se a ser residência do Governador-Geral de Moçambique, fim para o qual nunca chegou a servir (Lage & Carrilho, 2010, pág. 74).

Após a sua construção, instalaram-se, nela, vários serviços, tais como o Tribunal (em 1892), os Serviços de Agrimensura (em 1912) e o Museu Geográfico Gago Coutinho (em 1972). Actualmente, funciona sob Direcção Nacional do Património Cultural. Este edifício pré-fabricado é representativo do uso do ferro como material de construção nobre em resultado das inovações em arquitectura no período da Revolução Industrial. A Casa de Ferro destaca-se não só pela sua beleza artística e arquitectónica, mas também, pela sua autenticidade, integridade e exemplaridade.

Figura 2: Edifício da Casa do Ferro



Fonte: Direcção do Serviço Municipal da Cultura da Cidade de Maputo (2024)

a) Valor Arqueológico

É característico de um lugar que proporciona ou tem um potencial para produzir conhecimento que não se pode obter em nenhum outro lugar. O valor arqueológico de um lugar depende dos dados envolvidos ou da sua raridade, qualidade ou representatividade e no grau de contribuições futuras que o local pode fornecer.

4.2.1.3 Museu de História Natural

Criado aos 05 de Julho de 1913, pelo Capitão Alberto Graça. Encontra-se situado na Cidade de Maputo, no Distrito Municipal Kampfumo, na Praça Travessia do Zambeze, nº 104, bairro Polana Cimento. É protegido pela “Lei 10/88 de Resolução 11/2010 de 22 de Dezembro, atinente à Política dos Museus – 11/2010 de 2 de Junho, referente à Política dos Museus”.

É uma instituição nacional, integrada à Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que visa proporcionar meios de informação naturalista e etnográfica ao povo, assim como, promover a realização de trabalhos de investigação no âmbito das ciências naturais e humanas.

Figura 3: Museu da História Natural



Fonte: Direcção do Serviço Municipal da Cultura da Cidade de Maputo (2024)

De acordo com Manhique (2021, pág. 38), o Museu de História Natural de Maputo é uma instituição de pesquisa e conservação, voltado à preservação e divulgação do património faunístico de Moçambique, a investigação científica da fauna e seus ecossistemas, e a promoção da EA formal e não-formal aos cidadãos, contribuindo para o uso e gestão sustentável dos recursos naturais e ecossistemas de Moçambique.

4.2.1.4 Edifício Principal dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM)

Este edifício é um bem do património cultural classificado e protegido pela “Lei 10/88 de 22 de Dezembro”. É um edifício emblemático e determinante na história da Baixa da Cidade de Maputo, sob o ponto de vista arquitectónico, assim como artístico e histórico.

O edifício principal dos CFM é caracterizado pelo uso do ferro como material nobre em espaços com funcionalidades novas, resultantes da revolução industrial. A cúpula central foi

fabricada em Joanesburgo (África do Sul), pela empresa Evans Plows, em virtude de se ter gorado a possibilidade de ser fabricada na Grã-Bretanha, devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O zimbório tem 48 pés de diâmetro, aproximadamente, e quase 40 pés de altura, tendo sido empregues 4 toneladas de cobre no seu fabrico (Lage & Carrilho 2010, pág. 22; Navarro 2012, pág. 178).

Figura 4: Estação Central dos CFM



Fonte: Direcção do Serviço Municipal da Cultura da Cidade de Maputo (2024)

a) Significado Cultural do Edifício

O significado cultural do património cultural imóvel é atribuído pela sociedade em relação às suas qualidades que se dão. Estas qualidades são valores que podem mudar ao longo do tempo. Alguns destes valores podem estar intrinsecamente ligados ao bem enquanto outros estão associados com a sua localização e o seu relacionamento com o cenário em que se encontra.

Independentemente da sua categoria, a gestão dos bens culturais imóveis exige, antes de tudo, a manutenção permanente do seu significado cultural. Também, tem o propósito de ajudar a identificar e avaliar os atributos que fazem do património cultural imóvel, um lugar de valor para a comunidade, para a Nação ou para o mundo (Jopela 2012, pág. 80).

Há uma dimensão patrimonial “afectiva” dos CFM, enquanto antiguidade nacional, elemento fulcral na construção da identidade nacional moçambicana, com um peso estruturante na emergência das suas dinâmicas económicas e sociais e que, ainda hoje, mantém a sua funcionalidade original. A sua sobrevivência constitui um factor de valorização acrescida, enquanto imagem arquetípica, vinculadora da memória colectiva (Navarro, 2012, pág. 180).

a) Relevância do Edifício

A relevância dos CFM no conjunto do património edificado pode ser analisada sob diferentes perspectivas, desde a histórica, por um lado, como pela qualidade intrínseca do edifício principal com a sua imponente fachada. É um exemplo admirável da arquitectura francesa que foi influenciada pelo estilo vitoriano muito em voga em Joanesburgo, no final do século XIX (Navarro 2012: 180)

b) Valores Patrimoniais

Os valores de um bem patrimonial estão expressos nas suas características técnicas-construtivas, razão pela qual, mesmo uma ruína contém esses mesmos valores. Do mesmo modo, os seus atributos estão relacionados com os modos de ocupação e funções do imóvel.

c) Valor Histórico

A Estação Central dos CFM presta um grande contributo para o conhecimento da nossa história. Os CFM surgem numa altura em que foram descobertos vários recursos naturais na África do Sul, em Natal e ex-Transvaal.

Devido à necessidade de encontrar um local que pudesse evacuar estes minérios, a região da Baixa da Cidade de Maputo, foi identificada como propícia para a instalação de um porto que escoasse os produtos. Neste âmbito, foi construído o edifício dos Caminhos de Ferros de Lourenço Marques (CFLM) e uma linha férrea que ligava Lourenço Marques à vizinha África do Sul (ex-Transvaal e Natal).

A partir de então, este local movimentou um grande volume de pessoas e bens para a vizinha África do Sul e outras partes do país, onde, grupos de moçambicanos se engajavam no trabalho da exploração mineira (De Lima, 1966, pág. 173-174; Bica 1996, pág. 15-24; Caldeira, 2008, pág.12).

d) Valor Social

A Estação Central dos CFM, transporta muito mais do que pessoas e bens transportam história e cultura, possibilitando o surgimento de novas dinâmicas sociais, culturais e económicas. Este local encerra vários eventos do passado e reflecte um longo período da história moçambicana. O edifício dos CFM é importante pela sua arquitectura, pelas funções que desempenha (transporte ferroviário), como fonte de renda familiar para várias pessoas (Direcção do Serviço Municipal da Cultura, 2004, pág. 27).

e) Valor Architectónico

A construção deste edifício enquadrou-se no desenvolvimento urbanístico da cidade, sendo um dos primeiros edifícios emblemáticos erguidos na Baixa de Maputo, imponente pela sua arquitectura que é da época da revolução industrial, com uma decoração ecléctica: a simetria, estrutura e elementos construtivos de alvenaria e ferro, a fachada principal com uma térrea central encimado por um Zimbório principal, ladeado por dois Zimbórios secundários e coberturas de chapas metálicas.

Na parte superior do portículo central desenvolve-se uma decoração elaborada de folhagem de elementos vegetais envolvendo um relógio público (Macamo, 2003, pág. 36; Lage & Carrilho 2010, pág. 22).

f) Valor Económico

A Estação Central dos CFM, pelo seu valor histórico-arquitectónico que encerra, associado à sua localização privilegiada, constitui não só atracção turística (Jopela 2012: 36), mas também, proporciona o desenvolvimento, no seu interior e exterior, de actividades económicas que beneficiam várias pessoas.

Estas actividades são consequência das funções que o edifício desempenha, associado à movimentação de pessoas e bens, facto esse que propiciou a criação de um Banco Comercial, Galerias de obras de arte, a actual Empresa Municipal de Transportes Públicos de Maputo (EMTPM) e o Comércio informal (vendedores ambulantes e lavadores de carros).

4.2.2 Descrição do Património Cultural Intangível

Esta secção representa os elementos intangíveis de uma cultura. Sendo assim, são formados por elementos abstractos que estão intimamente relacionados com as tradições, práticas, comportamentos, técnicas e crenças de determinado grupo social. Este tipo de património é transmitido de geração em geração, através dos relatos orais ou outras formas de gravações, como escritos e filmagens (Fischer, 2007, pág. 48).

Desta forma, podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no quotidiano das comunidades, manifestações literárias, musicais, plásticas, cénicas e lúdicas, rituais e festas que marcam a vivência colectiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social, além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais. Como exemplo, o destaque vai para o Festival Nacional da Cultura.

O Festival Nacional da Cultura foi criado após a independência nacional com a realização da sua primeira edição em 1980/81. A designação inicial era “Festival de Música e Canção Tradicional”. Hoje, o Festival Nacional da Cultura constitui a maior plataforma inclusiva de exibição das artes e da cultura de todos os Moçambicanos (ARPAC, 2024).

O Festival Nacional da Cultura (FNC) é um evento artístico-cultural que celebra a cultura moçambicana e promove a troca de ideias entre artistas. O evento é organizado pelo Ministério da Cultura e Turismo, com financiamento do Governo de Moçambique e parceiros de cooperação.

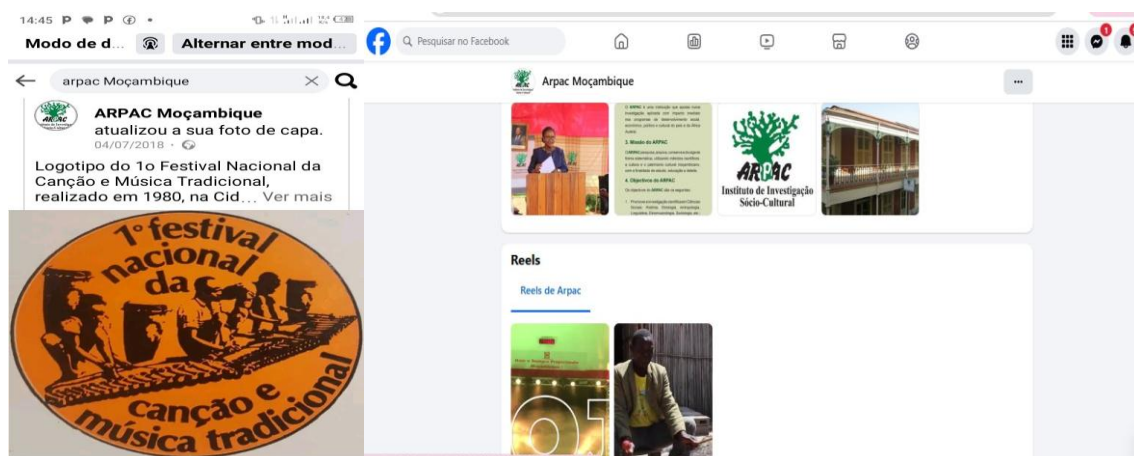
O maior objectivo do festival é preservar, desenvolver as artes, a cultura, as tradições das diferentes comunidades moçambicanas, criar uma plataforma de interacção e intercâmbio e de divulgação do rico e diversificado património cultural do país, colocando-o ao serviço da sociedade e do progresso.

O Festival Nacional da Cultura é um mecanismo de operacionalização de políticas e estratégias contidas em várias reflexões voltadas para a cultura como uma dimensão importante do desenvolvimento, por outro, constituiu-se como uma verdadeira “festa popular”, um espaço de convívio inter-geracional e inter-étnico que, de forma inequívoca, fortalece a unidade nacional e a moçambicanidade, alicerces para a preservação do espírito de Paz, concórdia e estabilidade, assim como a solidariedade e amizade entre os povos”, lê-se na nota de imprensa do Ministério da Cultura e Turismo.

Nas suas variadas expressões, o Festival Nacional da Cultura reflecte o mosaico sociocultural moçambicano, uma das maiores riquezas dos moçambicanos e que orgulhosamente distingue Moçambique no concerto das nações.

A *figura 5* ilustra o logotipo do 1º Festival Nacional da Canção e Música Tradicional, realizado em 1980, na Cidade de Maputo. Um dos eventos precursores do actual Festival Nacional da Cultura, realizado bianualmente desde o ano de 2000.

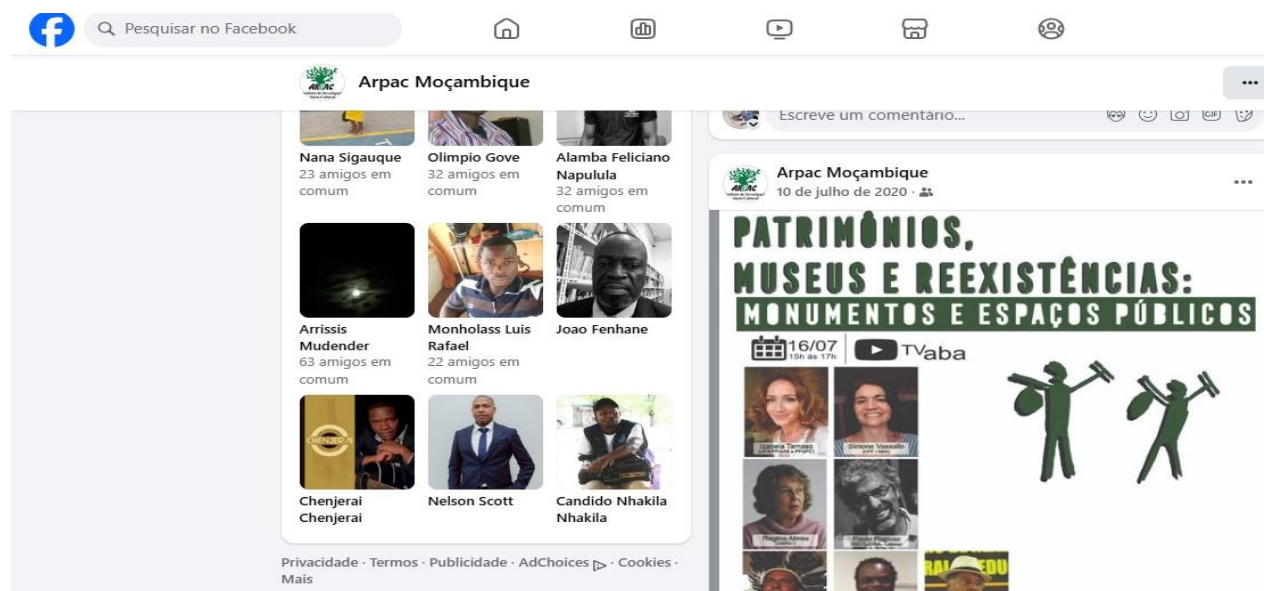
Figura 5: Logotipo do 1º Festival Nacional da Canção e Música Tradicional



Fonte: ARPAC Moçambique (2024)

A figura 6 representa o arco musical, ou seja, um instrumento presente em diversas regiões do continente africano, bem como na sua Diáspora, exibindo diversas sonoridades, formatos, materiais e técnicas de execução. Na zona sul de Moçambique, é conhecido como “Xitende”, em alusão ao seu timbre característico. Armando Landane Mugwande, de 69 anos de idade, natural e residente em Zavalene (Distrito de Zavala, Província de Inhambane), nos traz um pouco das suas memórias, alegrias e dores ao som do seu xiTxayatxaya, como o instrumento também é designado.

Figura 6: Lançamento de debates sobre Patrimónios Culturais (2020)



Fonte: ARPAC Mozambique (2024)

A figura 7 mostra o lançamento, a escala nacional, do livro Memórias dos Combatentes: Da Clandestinidade à Independência Nacional.

Figura 7: Lançamento do Festival da Marrabenta 2017



Fonte: ARPAC Moçambique (2024)

4.2.3 Relação entre Património Cultural Tangível/Material e Intangível/Imaterial

No âmbito da cultura e dos patrimónios culturais é impossível separar os aspectos materiais e imateriais, pois ambos formam uma unidade complexa e indissolúvel (Tiemblo (2013).

Simone Toji (2009, pág. 65) destaca que “o património material e imaterial é muito mais um posicionamento de práticas consolidadas por parte dos órgãos de património, do que categorias coerentes para designar os bens culturais”, pois os bens culturais de natureza imaterial só podem se realizar mediante suportes materiais.

Na mesma linha, Fonseca (2000, pág. 48) e Gallois (2006, pág. 51) referem que é impossível separar o património material a partir do imaterial no contexto da cultura. O material é concebido como um suporte físico culturizado no qual repousam os significados e informações, o que se chama de cultura imaterial e o imaterial não existe de forma independente, mas sim em função dos referenciais materiais.

Fonseca (2000, pág. 48) e Gallois (2006, pág. 51) acrescentam que construções e objectos como, por exemplo, igrejas e obras de arte, são considerados patrimónios, diferenciados de outras construções e objectos, por seu carácter intangível, pelos significados que adquirem socialmente e não pela componente física em si.

Da mesma forma, Gallois (2006, pág. 53) refere que os bens imateriais estão necessariamente imbricados em um universo material que lhes dá suporte. Tendo como foco a dicotomia entre material e imaterial no campo do património, o que se observa é que essa separação é uma

construção discursiva que não se sustenta na relação da sociedade com os seus bens culturais (Souza & Crippa, 2011, pág. 75), tanto que as resoluções recentes da UNESCO e de alguns Estados nacionais têm reafirmado a inter-relação entre materialidade e imaterialidade.

A definição de património cultural imaterial presente na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO reconhece a relação entre os aspectos imaterial e material, quando apresenta o intangível - práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas; em conjunto com o tangível - instrumentos, objectos, artefactos e lugares culturais associados.

Nesse contexto, é possível perceber uma reciprocidade e interdependência na relação existente entre o património cultural material e imaterial uma vez que a existência e manifestação de um património depende do outro.

4.2.4 Relações entre o ARPAC e Instituições Afins

Dentro do processo da sua institucionalização, e ainda, no âmbito do desenvolvimento das suas actividades, o ARPAC colabora e assina acordos com outras instituições nacionais para a troca de experiências e de material técnico-científico. Igualmente, estabelece parcerias com instituições estrangeiras.

No quadro destas relações, podem ser destacadas algumas, a título ilustrativo, entre nacionais e internacionais. Internamente pode citar-se a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), a Universidade Técnica de Moçambique (UDM) o Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, o Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE), Instituto de Comunicação Social (ICS) e Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI). A nível externo e multilateral, destaca-se a UNESCO, o PNUD, a Cooperação Francesa, a Fundação Ford e a Agência Norueguesa para o Desenvolvimento (NORAD).

4.3 Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados da Entrevista Administrada aos Colaboradores do ARPAC

A presente secção apresenta os resultados da entrevista administrada aos colaboradores do ARPAC, com vista a explorar as suas percepções sobre o contributo dos *media* digitais na preservação do património cultural.

Sobre o contexto que surge os *media* digitais na preservação do património cultural do ARPAC (Pergunta 1):

Os Colaboradores A e C revelaram que os *media* digitais surgem para prestigiar e salvaguardar o património cultural existente no país; enquanto os Colaboradores B e D acrescentaram que surgem para estabelecer parcerias com outras entidades ligadas à cultura e dar maior visibilidade à cultura do país; por fim, o Colaborador E justificou que surge para acompanhar e responder a actual conjuntura tecnológica que o país atravessa.

A partir dos resultados obtidos na pergunta 1, pode-se constatar que os *media* digitais surgem para dar valor e prestígio ao património cultural existente em Moçambique, o que pode garantir maior visibilidade e prestígio aos bens patrimoniais do país. Contudo, a prática do dia-a-dia revela uma realidade contrária, pois, raras vezes os *media* digitais são usados para prestigiar os bens patrimoniais existentes no ARPAC.

Levy (2010, pág. 43) aponta que a actual era relacional caracterizada pela digitalização é “catalisada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, devido às suas possibilidades de interactividade e conectividade”.

Sobre os tipos de *media* digitais usados pelo ARPAC para a preservação do seu património cultural (Pergunta 2), os Colaboradores A, B, C, D e E foram unânimes em apontar para o Facebook, como sendo o único media digital usado pelo ARPAC para a preservação do seu património.

Os resultados da pergunta 2 destacam o *Facebook*, como sendo o *media* digital que é usado pelo ARPAC para a preservação do seu património, situação que limita os funcionários na divulgação dos seus bens e serviços.

Na mesma lógica do raciocínio, Matusse (2018) refere que o uso limitado dos *media* digitais para a preservação do património cultural limita os funcionários na divulgação dos seus bens e serviços, atingindo menor número de usuários e visibilidade.

Em relação ao património cultural que mais se evidencia na sua preservação usando *media* digitais (Pergunta 3):

Os Colaboradores B, C e D destacaram os museus e os monumentos, dada a sua relevância educativa, social, económica, arqueológica, histórica e política que desempenham no país, enquanto, os Colaboradores A e E revelaram os espaços culturais, teatros, músicas e obras de arte, por serem as estratégias mais eficazes para impulsionar a cultura moçambicana usando *media* digitais.

Com base nos resultados obtidos na pergunta 3, é possível aferir os museus, os monumentos e os espaços culturais, como sendo o património cultural que mais se evidencia na preservação do património cultural usando *media* digitais, o que limita sentimentos e impossibilita o desenvolvimento intelectual dos indivíduos na vertente cultural.

Daí que, Hernandez (2000) sublinha que os museus, os monumentos e espaços culturais são bens culturais que guardam informações da história humana, educam moralmente as gerações, permitem a construção de significados e de juízos, transmitem mensagens que favorecem o desenvolvimento intelectual, ajudam os sujeitos a perceberem o seu meio e a sua cultura. Mas, a sua preservação é menos evidenciada na comunicação de sentimentos e expressões do intelecto humano.

No que diz respeito ao estágio de conservação e de funcionamento dos *media* digitais na preservação do património cultural no ARPAC (Pergunta 4):

Por um lado, os Colaboradores A, C e E revelaram que o estado de conservação é deplorável, pois, nenhum funcionário afecto no Departamento das TIC's é formado em gestão de *media* digitais, o que influencia negativamente para a divulgação dos seus bens e serviços; enquanto os Colaboradores B e D acrescentaram a falta de interesse por parte do Governo em preservar o seu património cultural.

A resposta 4 ilustra um estado de conservação e de funcionamento não satisfatório dos *media* digitais existentes no ARPAC, por falta do capital humano proficiente, o que, de certo modo, impede o decurso normal das actividades laborais.

Conforme sustenta Matusse (2018), os *media* digitais, como meios que facilitam a comunicação no seio das organizações, também, dispõem de algumas inconveniências que podem catapultar negativamente o decurso normal das actividades.

Sobre a pergunta: Como é que avalia os funcionários que trabalham directamente com os *media* digitais na preservação do património cultural? (Pergunta 5): *todos os Directores evidenciaram profissionais sem qualificações adequadas para trabalhar com os media digitais para a preservação do património cultural.*

A partir dos resultados obtidos na pergunta 5, é possível aferir a falta de competências por parte dos funcionários em matéria da divulgação do património cultural, o que dificulta na dinamização das actividades que lhes conferidas.

Matusse (2018) sustenta que, por uma situação de falta de estrutura, podem ficar de fora da cobertura dos *media* digitais. São lugares isolados onde as notícias não chegam e a população é desinformada, criando uma lacuna cultural significativa na organização.

Relativamente ao nível de satisfação dos directores, seus colaboradores, clientes e parceiros em relação ao uso dos *media* digitais na preservação do património cultural (Pergunta 6):

Quer os Colaboradores, quer os funcionários envolvidos na pesquisa, assim como os clientes e parceiros apontaram que é fraco, uma vez que há existência de recursos

humanos com vontade de trabalhar, contudo, a carência de recursos e a formação de funcionários é que desmotiva todos os funcionários no exercício das actividades que lhes conferidas no ARPAC.

Os resultados obtidos da pergunta 6 revelam uma insatisfação dos funcionários no exercício das suas actividades diárias, devido à falta de recursos e formação de quadros em matéria de gestão de *media* digitais na organização, o que retarda o progresso da organização e dos funcionários no exercício das suas funções.

Sobre os benefícios que os *media* digitais têm trazido na preservação do património cultural do ARPAC (Pergunta 7): "

Todos os Colaboradores entrevistados foram unânimes em afirmar que os *media* digitais salvaguardam e prestigiam o património cultural do país, permitindo uma interacção activa entre as organizações e os demais intervenientes da sociedade ou clientes''. Todavia, a falta de equipamentos e funcionários qualificados tem sido um dos grandes problemas que inviabiliza a preservação do património cultural usando *media* digitais.

Torres (2009) refere que os *media* digitais permitem a conectividade e a interacção entre usuários e transformam-nos em produtores de conteúdos, gerando um conjunto de dinâmicas de produção e partilha rápida de conteúdos que os torna ferramentas estratégicas no desenvolvimento de relacionamentos. Mas, a falta de meios e recursos capazes de tornar de garantir maior visibilidade impossibilita a preservação do património cultural usando *media* digitais, por parte das organizações.

No que tange às formas de preservação do património cultural usando *media* digitais (pergunta 8), os nossos entrevistados, na sua maioria, "*revelaram a produção e publicação de manuais, revistas e livros que abordam questões ligadas ao património cultural*".

Kingsnorth (2016) refere que uma das formas de divulgação e difusão dos bens do património cultural é a produção e publicação de manuais, revistas e livros que abordem questões ligados ao património.

Sugeridos sobre os *media* digitais mais adequados para a preservação do património cultural (pergunta 9), todos os entrevistados foram consistentes em apontar para a criação de plataforma digital institucional capaz de garantir a manutenção e divulgação do seu património cultural e investindo na formação dos seus colaboradores em matéria de gestão de *media* digitais.

Na mesma lógica do raciocínio, Torres (2009) refere que para a preservação do património cultural, é necessário que se incremente políticas governamentais eficazes com uma

abordagem mais abrangente, que incluam a sustentabilidade, a tecnologia e uma consciencialização pública que promova a preservação e ofereçam incentivos financeiros.

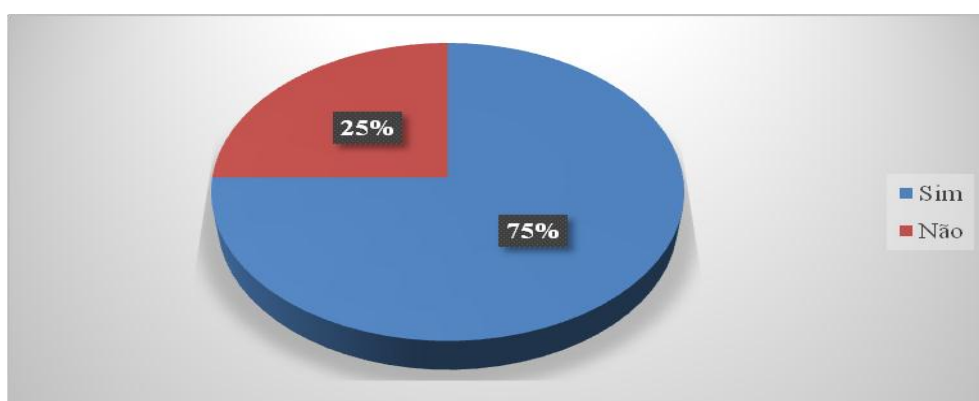
4.4 Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados do Questionário Administrado aos Funcionários do ARPAC

A presente secção apresenta os resultados do questionário administrado aos funcionários do ARPAC (Apêndice – A). A apresentação desses resultados visa explorar as suas percepções sobre o contributo dos *media* digitais na preservação do património cultural.

4.4.1 Tipos dos *Media* Digitais usados pelo ARPAC para a Preservação do seu Património Cultural

Sobre a pergunta: Já ouviste falar dos *media* digitais e da preservação do património cultural? Na resposta, 75% apontaram que sim, enquanto 25%, apontaram que não.

Gráfico 1: Já ouviste falar dos *media* digitais e da preservação do património cultural?

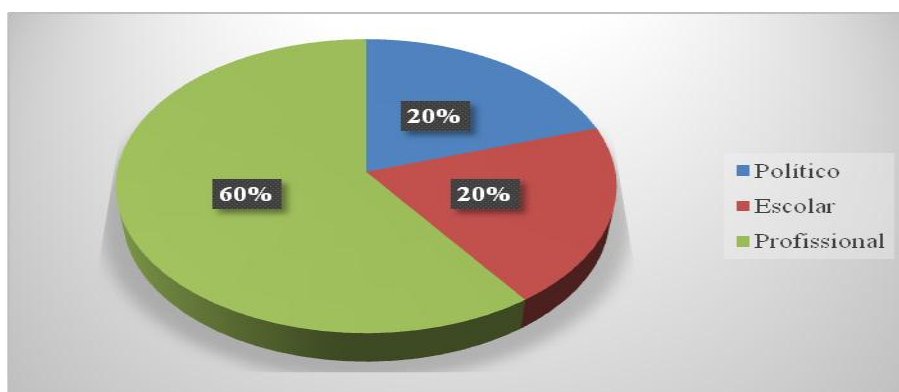


Gráfico/interpretação n. 1

A partir do gráfico 1, pode-se constatar que os funcionários já ouviram falar dos *media* digitais e da preservação do património cultural, embora 25% tenham revelado que não ouviram, o que gera um certo desconforto por parte da minoria, uma vez que atrasa o decurso normal de actividades.

Sobre o contexto que ouviram falar dos *media* digitais e da preservação do património cultural, 60% apontaram o contexto profissional, seguido por 20% que apontaram o contexto escolar e, por fim, 20% o contexto político.

Gráfico 2: Contexto que ouviu falar dos *média* digitais e da preservação do património cultural

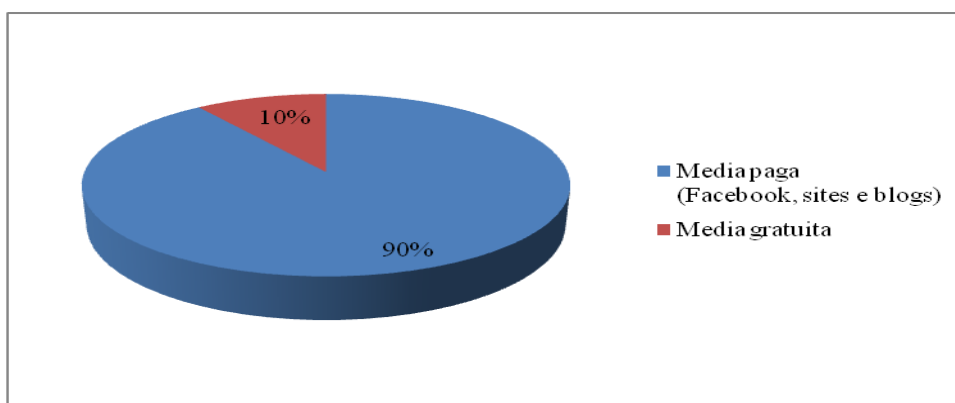


Gráfico/interpretação n. 2

Diante dos dados obtidos no gráfico 2, é possível perceber que os funcionários ouviram falar dos *media* digitais e do património cultural, com maior evidência no contexto profissional, o que, geralmente, limita as suas actividades diárias. Assim, é fundamental que se fale desses conceitos em todas as esferas da sociedade moçambicana, de modo a permitir que todos os actores envolvidos neste processo tenham domínio em matéria da preservação do património cultural usando *media* digitais.

Sobre os tipos dos *media* digitais usados pelo ARPAC para a preservação do seu património cultural, 90% apontaram o *Media paga* (Facebook, sites e blogs), enquanto 10% apontaram a *media gratuita*.

Gráfico 3: Tipos de *Media* digitais usados pelo ARPAC para a preservação do seu património cultural

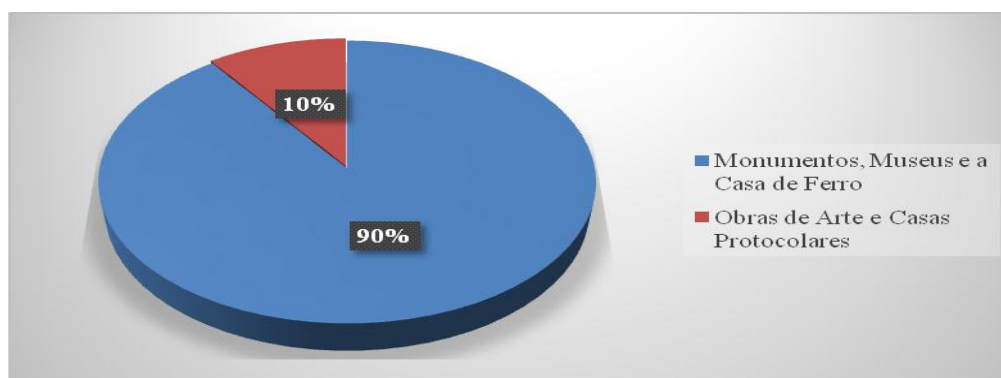


Gráfico/interpretação n. 3

Os dados do gráfico 3 revelam o *Facebook* como sendo o principal *media* digital que pode contribuir na preservação do património cultural, embora 10% tenham revelado o *media* gratuita. No entanto, é de extrema importância que se use mais *media* digitais, de modo tornar o património cultural moçambicano mais atraente e visualizado a nível do mundo.

No que toca aos tipos de património cultural preservados, o destaque foi para os edifícios turísticos, nomeadamente: os museus, os monumentos, a Casa de Ferro e Praças, apontado por 90% e os restantes 10% apontaram as obras de arte e casas protocolares.

Gráfico 4: Tipos de Património Cultural Preservados pelo ARPAC



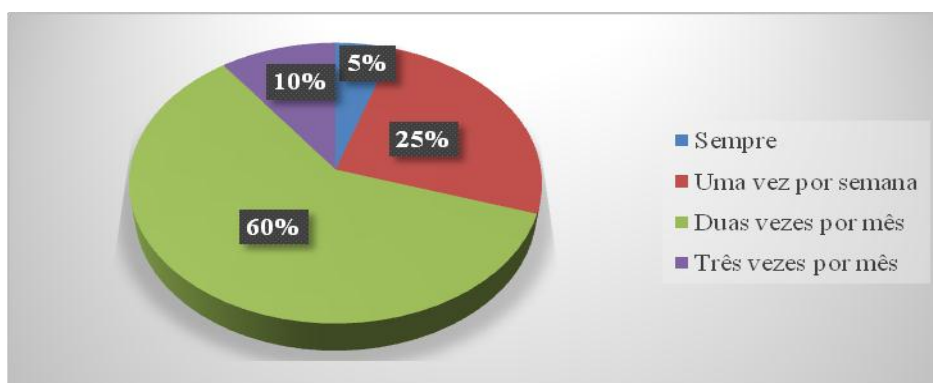
Gráfico/interpretação n. 4

Os dados do gráfico 4 mostram que o património cultural mais preservado usando *media* digitais são museus, monumentos e a Casa De Ferro, tutelada pelo Ministério da Cultura e Turismo, o que cria discriminação na preservação do património cultural na sua generalidade. Nesse âmbito, é necessário que se preserve todos os bens materiais e imateriais, no sentido de promover a património cultural moçambicano a ganhar imagem a nível nacional e internacional.

4.4.2 Formas de Preservação do Património Cultural usando *Medias* Digitais

No que tange à frequência que os *media* digitais são usados para a preservação do património cultural, os resultados das pesquisas obedeceram a seguinte ordem: 60% revelaram duas vezes por mês, seguido por 25% que apontaram uma vez por mês, enquanto 10% apontaram uma vez por semana e, por fim, 5% defenderam sempre.

Gráfico 5: Frequência que os *media* digitais são usados pelo ARPAC para a preservação do seu património cultural

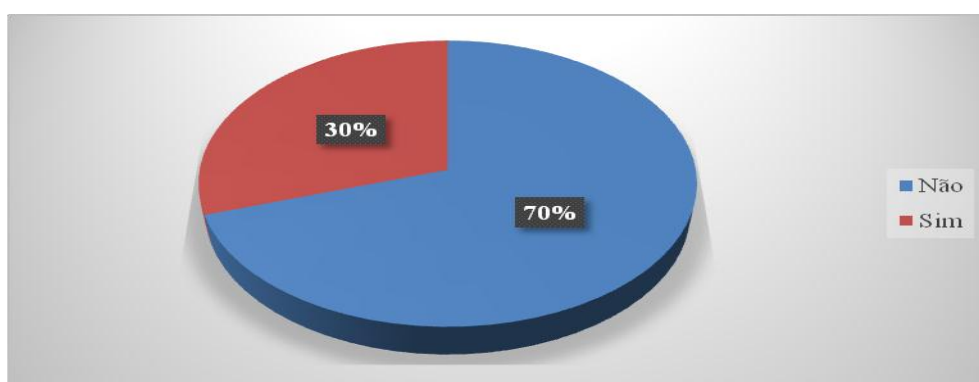


Gráfico/interpretação n. 5

A partir do gráfico 5, é possível aferir que os *media* digitais são usados para a preservação do património cultural duas vezes por mês, o que faz com o património cultural nacional não seja reconhecido a nível nacional e internacional. Assim, é de extrema importância que se use os *media* digitais com maior frequência, no sentido de garantir a flexibilidade da informação aos seus usuários.

Sobre a existência ou não de materiais ou equipamentos propostos para trabalhar com os *media* digitais, 70% dos funcionários revelaram que não existem equipamentos, enquanto 30% defenderam que existem, mas são arcaicos e o nível de processamento é muito lento.

Gráfico 6: Existência ou não de materiais ou equipamentos para trabalhar com os *media* digitais



Gráfico/interpretação n. 6

O gráfico ilustra a falta de equipamentos propostos aos funcionários para trabalhar com os *media* digitais, o que desmotiva e cria ociosidade dos funcionários nas actividades que lhes são conferidas. Assim sendo, é fundamental que se invista no material de trabalho e no capital humano existente na organização, de modo a tornar a organização mais competitiva no actual contexto de mudanças.

Nesse âmbito, a figura abaixo ilustra a página oficial do *Facebook* do ARPAC. A figura abaixo ilustra os dados estatísticos referentes ao 10º Festival da Cultura, que teve lugar na Província de Niassa e descrevendo as formas de preservação do património cultural.



As figuras mostram que, durante o ano 2018, aquando do Festival Nacional da Cultura, teve 39 *likes*, 3 comentários e 12 mensagens que foram partilhadas. Quanto aos resultados estatísticos da publicação, constatou-se 484 impressões de publicação, 461 alcance da publicação e, por fim, 62 interações.

Por sua vez, as figuras abaixo mostram, igualmente, a página oficial do *Facebook* do ARPAC, no âmbito do Lançamento da Feira Gastronómica, que teve lugar em 2019, na província de Tete.



Assim, como resultados, a página teve 46 *likes*, 4 comentários e 2 mensagens partilhadas. No que diz respeito aos resultados estatísticos da publicação, aferiu-se 1592 impressões de publicação, 1352 alcance da publicação e 224 interações.

Quanto às formas de preservação do património cultural usando *medias* digitais do ARPAC, 70% defenderam a manutenção e divulgação de edifícios culturais históricos e, por fim, 30% acrescentaram a promoção do turismo cultural.

Diante destes dados, é possível perceber que a manutenção e divulgação de edifícios culturais históricos constituem um elemento crucial para a preservação do património cultural do

ARPAC, o que contribui significativamente para a promoção da nossa identidade cultural e na manutenção dos nossos princípios e valores morais.

Matusse (2018) acrescenta que para enfrentar os desafios da preservação do património cultural usando *media* digitais, é fundamental adoptar abordagens sustentáveis que incluam a incorporação de princípios de sustentabilidade na restauração e preservação de edifícios históricos. Além disso, é de extrema importância que se promova o turismo cultural, de modo a gerar receitas que contribuam para a manutenção desses locais.

4.4.3 *Media* digitais mais adequados na preservação do património cultural do ARPAC

Sugeridos sobre os *media* digitais mais adequados na preservação do património cultural do ARPAC, *todos os inquiridos apontaram para a criação de uma plataformas digitais que garantam uma interacção continua com os seus usuários nos exercícios das actividades, destacando o Facebook, o Whatsapp, o Blog e o twitter.*

Os resultados apresentados revelam canais de comunicação relevantes para responder os anseios do ARPAC na actual conjuntura que se encontra, o que vai garantir um investimento do capital humano e tornar o ARPAC mais competitivo na preservação do seu património usando *media* digitais.

Kingsnorth (2016) refere que uma das formas de divulgação e difusão dos bens do património cultural é a produção e publicação de manuais, revistas e livros que abordam questões ligados ao património cultural. Mas também, utilizando as tecnologias de comunicação e informação exemplo a televisão, a rádio e a *internet*, o *Facebook*, o *Twitter* e os *Blogs*.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E SUGESTOES

5.1 Conclusões

O presente capítulo apresenta as principais conclusões do estudo, tendo em conta as reflexões tidas durante a apresentação, análise e interpretação dos resultados. Por fim, apresenta as sugestões que servirão de referência para as futuras abordagens que, eventualmente, poderão ser tomadas a melhorar o contributo dos *media* digitais na preservação do património cultural no ARPAC.

1. Quanto aos tipos dos *media* digitais e de património cultural adoptados pelo ARPAC na preservação do seu património, por um lado, foi possível aferir os *Media* paga (*Facebook, sites e blogs*). Por outro lado, como tipos de património cultural, o destaque foi para os monumentos, museus e praças, dada a sua relevância social, económica, política e educativa vigente no país.
2. Relativamente às formas de preservação do património cultural usando *media* digitais do ARPAC, constatou-se a manutenção e divulgação de edifícios culturais históricos e a promoção do turismo cultural.
3. No que diz respeito aos *media* digitais usados pelo ARPAC para preservação do seu património cultural, aferiu-se com maior evidência, a criação de plataformas digitais, nomeadamente: o *Facebook, o Whatsapp, o Blog e o twitter, uma vez que garantem uma interacção continua com os seus usuários no exercício das suas actividades*.

Diante das constatações levadas a cabo no contexto prático da pesquisa, concluiu-se que os *media* digitais contribuem em todos os níveis e dimensões na preservação do património cultural, todavia, constatou-se a falta de equipamentos adequados que acompanham a actual dinâmica digital no Departamento de Edição e Divulgação.

5.2 Sugestões

Depois de ter-se apresentado as conclusões do estudo, cabe tecer algumas sugestões que se julgam pertinentes para reduzir os constrangimentos encontrados nas conclusões. Assim sendo, recomenda-se:

Garantir uma formação aos funcionários, de modo a adequá-los aos sistemas tecnológicos e equipamentos de TIC's, como forma de acompanhar a actual conjuntura digital que o país atravessa;

Estabelecer parcerias com os *media*, como forma de melhorar a preservação e divulgação do património cultural usando *media* digitais;

Criar outros canais virtuais, no sentido de responder os desafios que o ARPAC atravessa, tais como: *blogs*, *twitter*, *Skipe* e *Whatsapp*.

Aos Funcionários do ARPAC

Acompanhar a actual dinâmica digital, de tal forma a responder as dificuldades que o ARPAC atravessa, mediante a formação dos seus colaboradores em matéria de gestão de *media* digitais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arantes, P. (2009). *Cartografias líquidas: a cidade como escrita ou a escrita da cidade*. In Mediações, Tecnologia e Espaço Público (Panorama Crítico da Arte em Mídias Móveis). Org.: L. Bambozzi, M. Bastos e R. Minelli. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, pp.75-86. ISBN 978-85-7616-367-1
- Arima, K. M. M. (2011). *O futuro da web está no Facebook?* Info Exame, abril, São Paulo, n. 300, Capa, p.22-31.
- Bardim, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Bulhões, M. A. (2000). *A arte como valor e a actuação das instituições museológicas*. In Porto Arte - Revista de Artes Visuais. Porto Alegre, 11(20), pp. 39-49.
- Canavilhas, E. G. (2010). *Os sentidos da tradição*. In XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/121978947430223113883825169264384783123.pdf> [10 de fevereiro de 2019]
- Caune, J. (2008). *As relações entre cultura e comunicação: Núcleo epistêmico e forma simbólica*. Líbero, Ano XI, nº 22, 33-42.
- Chen, V. Hsueh-Hua (2017). *Identidade Cultural*. Center for Intercultural Dialogue, In Key Concepts in Intercultural Dialogue, Nº 22.
- Conselho Europeu - CE (2005). *Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society*. Faro, Portugal, 27out.2005, Council of Europe 192 Treaty Series - Nº 199.
- De Oliveira, L. (2011). *Contribuições da perspectiva metodológica “investigação baseada nas artes” e da cartografia para as pesquisas em educação*. In: Educação em Revista. Belo Horizonte.
- Filho, M. F., & Montero de Abreu, R. M. R. (2007). *A Antropologia e o Património cultural no Brasil*. In M. F. Lima Filho, C. Exkert, & J. F. Beltrão (Org.), Antropologia e Património Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos (21-44). Blumenau: Nova Letra, ABA.
- Fiormonte, D., Numerico, T. & Tomasi, F. (2015). *The Digital Humanist, A Critical Inquiry*. Brooklyn, New York: Punctum book. ISBN.

- Fischer, E. (2007). *A necessidade da arte*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. HOBSEBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Cia das Letras.
- Fonseca, M. (2000). *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. In: IPHAN. Manual de aplicação do INRC. Brasília: IPHAN.
- Gallois, D. (2006). *Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas*. Iepé.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas SA. ISBN.
- IAB. IAB Platform Status Report: UGC, Social Media and Advertising – An Overview. Abr. 2008. Disponível em:. Acesso em: 29 jul. 2011, 17h40.
- Jenkins, Henry (2013). *Cultura da convergência*. Trad. Susana Alexandria. São Paulo: Aleph. ISBN: 978-85-7657-149-0.
- Levy, M. (2010). *A preservação digital em arte, ciência e tecnologia: ZKM e MoMA*. In Venturelli, S. e Rocha, C. (Orgs). Anais do 15º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia. Universidade de Brasília.
- Marconi, M. de Andrade & Lakatos, Eva M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas SA.
- MATE, X. (2018). *O Colonialismo e o Destino das Danças Tradicionais Guerreiras em Moçambique*. In J. Fenhane, & A. Munhequete (Dir.), Embondeiro: Análises e Descrições. Maputo: ARPAC – Instituto de Investigação Sócio-cultural.
- Ministério da Educação (2012). *Instrução Ministerial n.º 7/2012, Atinente à Introdução dos Cursos Modulares de Curta Duração*. Maputo: MINED.
- Matusse, Sidónio Armando. (2018). *Implementação de Modelos de Gestão Digitais Através das TICS em Laboratórios de Arqueologia: Estudo de Caso no Laboratório de Arqueologia do DAA-UEM*. Dissertação de Licenciatura. Maputo: Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA)- U.E.M.
- Mendes, A. R. (2012). *O que é patrimônio cultural*. Olhão: Gente Singular.
- Oliven, R. (2003). *Patrimônio intangível: considerações iniciais*. In: ABREU, Regina;
- Chagas, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP & A.
- Porto, C. M. (2000). *Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica*. In Porto.

- Paredes, M. M. (2014). *A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: a sua complexidade e alguns problemas de pesquisa*. Revista Anos 90, 21 (40), 131-161. Porto Alegre: PUCRS.
- Postman, M, D. (2010). *Globalização, multiculturalismo e currículo*. In A. Moreira. Currículo: Questões atuais. Campinas, SP: Papirus, pp. 29-38
- Ribeiro, M. F. (2010). *Brasil versus o mundo: comparativo da audiência da web brasileira com 40 países*. comScore. Proxima, Grupo M&M, São Paulo, p.60-63, nov.2010 (15 anos de Internet no Brasil - Especial
- Telles, M. F. P. (2007). *O registro como forma de protecção do património cultural imaterial*. In Revista CPC, São Paulo.
- Teixeira Jr., S. Uma história de cinema. Exame, Abril, São Paulo, ed. 981, n. 22, ano 44, p.34-43, 01 dez. 2010.
- Tenbruck, F. H. (1989). *The cultural foundations of society*. In Hans Haferkamp (ed.), Social structure and culture. Berlin, Nova Iorque: Walter de Gruyter.
- Tiemblo, M. (2013). *Plan Nacional de Salvaguarda del Patrimonio Cultural Inmaterial. Atas do Colóquio Internacional "Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas"*. Direção Geral do Património Cultural. Governo de Portugal. Portugal, 1ª edição, p. 71-85.
- Toji, S. (2009). *Património Imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas*. Assis. UNESP, FCLAs, CEDAP, vol.5, n.2, p.3-18. Dez.
- Torres, P. (2009). *Salvaguarda do Património Arqueológico em zonas de implantação de Mega Projecto: Caso de estudo do terminal ferro-portuário de Nacala-à-Velha*. Dissertação de Licenciatura. Maputo: Departamento de Arqueologia e Antropologia da U.E.M.
- Zanirato, S. H. & Ribeiro, W. C. (2006). *Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável*. In Rev. Bras. Hist. (Online).

Dispositivos Legais consultados

A Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro (*Lei de Protecção do Património Cultural*), tendo como objecto, a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano;

O Decreto nº 26/93 de 16 de Novembro, que cria o Arquivo do Património Cultural (ARPAC), cuja designação é alterada para Instituto de Investigação Sociocultural pelo Decreto n.º 25/2002 de 22 de Outubro;

O Decreto nº 27/94 de 20 de Julho, que aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural;
A Resolução nº 12/97 de 10 de Junho, que aprova a Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação;

O Decreto nº 29/98 de 9 de Junho, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano;

Decreto nº 71/2009 de 15 de Dezembro, sobre o Regulamento do Regime Jurídico Relativo à Protecção, Preservação e Valorização do Património da Luta de Libertação Nacional.

Resolução nº 11/2010 de 2 de Junho, sobre a Política de Museus;

Resolução nº 12/2010, de 2 de Junho, sobre a Política de Monumentos;

UNESCO (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris, de 17 out. a 21 nov. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por [25 de janeiro de 2019]

UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris, França, 17 out. <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf> [10 de dezembro de 2018] [77]

7. APÊNDICES

7.1 APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA ADMINISTRADO AOS DIRECTORES

1. Em que contexto surge os *media* digitais na preservação do património cultural da tua organização?
2. Que *media* digitais são usadas pelo ARPAC para a preservação do seu património cultural?
3. Qual é o património cultural que mais se evidencia na sua preservação usando *media* digitais? Justifica a resposta.
4. Qual é o estágio de conservação e de funcionamento dos *media* digitais na preservação do património cultural no ARPAC?
5. Como é que avalia os funcionários que trabalham directamente com os *media* digitais na preservação do património cultural? Justifica a resposta
6. Qual é o nível de satisfação dos líderes da organização, seus colaboradores, clientes e parceiros em relação ao uso dos *media* digitais na preservação do património cultural? Justifica a resposta.
7. Que benefícios têm trazido os *media* digitais na preservação do património cultural do ARPAC? Justifica a resposta.
8. Quais são as formas de preservação do património cultural usando *media* digitais? Justifica.
9. Na sua opinião, quais são os *media* digitais mais adequados para a preservação do património cultural? Justifica

7.2 APÊNDICE B - GUIÃO DO QUESTIONÁRIO ADMINISTRADO AOS FUNCIONÁRIOS

Caro (a) funcionário (a), o presente questionário visa recolher dados de um estudo no ARPAC, cujo tema: *Contributo dos media digitais na preservação do património cultural – Estudo de Caso: ARPAC*. Os dados por recolher são meramente académicos e não serão usados para quaisquer outros fins.

GRUPO I – VARIÁVEIS SOCIODEMOGRAFICAS

1. Sexo

A. Masculino (___)

B. Feminino (___)

2. Idade

A. 18-20 Anos (___)

B. 21-30 Anos (___)

C. 31-40 Anos (___)

D. 41-50 Anos (___)

E. 51-60 Anos (___)

3. Nível Académico

A. 10ª Classe (___)

B. 12ª Classe (___)

C. Técnico Médio (___)

D. Licenciatura (___)

E. Mestrado (___)

F. Doutoramento (___)

4. Experiência Profissional

A. 1-5 Anos (___)

B. 05-10 Anos (___)

C. 11-20 Anos (___)

D. 21-30 Anos (___)

E. 31-35 Anos (___)

- Identificar os tipos de *media* digitais usados pelo ARPAC na preservação do seu património cultural;

1. Já ouviste falar dos *media* digitais?

A. Sim (___) B. Não (___)

2. Se sim, em que contexto ouviste falar dos *media* digitais:

- A. Familiar (___)
- B. Profissional (___)
- C. Escolar (___)
- D. Político (___)
3. Os *media* digitais que ouviste falar se enquadram no contexto da empresa que trabalhas?
- A. Sim (___)
- B. Não (___)
4. Se for não, qual são os *media* digitais usados para a preservação do património cultural da sua organização?
- A. Facebook (___)
- B. WhatsApp (___)
- C. Twitter (___)
- D. Youtube
- E. Outros (Especifique: _____)
- Verificar as formas de preservação do património cultural usando *media* digitais
5. Os *media* digitais existentes na tua organização estão em funcionamento?
- A. Sim (___)
- B. Não (___)
- C. Às vezes (___)
6. Existe materiais próprios e técnicos especializados para trabalhar com os *media* digitais?
- A. Sim (___)
- B. Não (___)
7. Qual é o nível de satisfação dos colaboradores, clientes e parceiros em relação ao uso dos *media* digitais na preservação do património cultural?
- A. Bom (___)
- B. Mau (___)
- C. Razoável (___)
8. Quais são as formas de preservação do património cultural usados pelo ARPAC, usando *media* digitais?
-
-

- Propor os *media* digitais usados na preservação do património cultural do ARPAC

9. Na sua opinião, quais seriam os *media* digitais mais adequados para a preservação do património cultural?

Obrigado pela atenção!